



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- DO DIA 23 SETEMBRO DE 2016 -----

----- ACTA NÚMERO DEZASSETE -----

----- Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu no Edifício do Centro Cívico de Vale de Amoreira, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelo Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, em substituição do Primeiro Secretário o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Apreciação, discussão e votação da autorização relativa à Celebração do Contrato do Sistema de Iluminação Pública (Decreto-lei n.º 29/2011 de 28 de fevereiro).-----

----- Ponto três, dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de transmissão onerosa das participações do Município na Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A. E.M..-----

----- Ponto três, três: Apreciação do Relatório de Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro (artigo 59.º n.º6, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão.-----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do Senhor Presidente da Mesa, os Senhores Deputados Municipais: Daniel António Quaresma Costa Carlos Manuel Abrantes Ferrão, Fernanda Isento Pereira, Nuno Manuel Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Ana Catarina Félix Vinagre, António Miguel Aldeia Carvalho, Flávio Miguel Tacanho Massano, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo, Odete da Graça Ganiha Almeida, Luís Miguel Gaspar Matos Soares, Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, Paulo Manuel dos Santos Costa e Carlos Manuel Figueiredo Viegas.-----

----- Não se encontravam presentes o 1.º Secretário da Mesa, o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso e a 2.ª Secretária da Mesa, a Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Morais, tendo cada um justificado as respetivas ausências. Não se encontravam presentes o Senhor Deputado Manuel José Correia da Silva Carvalhinho, a Senhora Deputada Matilde Rosa Ambrósio Cardoso e o Senhor Deputado José Manuel Abrantes Lopes, que comunicaram previamente a impossibilidade de comparecerem na reunião, tendo cada um justificado as respetivas ausências e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocados o Senhor Deputado Carlos Manuel Abrantes Ferrão, o Senhor Deputado Luís Miguel Gaspar Matos Soares e o Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, que compareceram.-----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascensão Fraga. O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela comunicou a sua ausência por motivos de ordem pessoal-----

Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o Senhor Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, saudou todos os presentes e em particular a população de Vale de Amoreira, dado que os trabalhos desta sessão decorriam nesta Freguesia.-----

-----PONTO 1.DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----

-----APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que tinha chegado à Mesa da Assembleia, uma proposta de correção apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, relativa à sua intervenção na página 728, assim sendo onde se lê: *“podiam-se criar zonas de pesca sem morte e nesse sentido aproveitar esse troço do Rio Zêzere e fazer aí uma zona de defesa para a truta”*, deverá ler-se: *“podiam-se criar zonas de pesca sem morte e nesse sentido aproveitar esse troço do Rio Zêzere e fazer aí uma zona de defeso para a truta”*.-----

Verificando a intensão do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares cumprimentou todos os presentes, referiu que é sempre uma alegria estar em Vale de Amoreira, é sempre muito bem recebido e por isso lhe era grato. No que concerne à Ata, aludiu que teve pouco tempo para a ler, porque encontrava-se de férias, que inclusivamente teve de interromper para estar presente nesta sessão. Lamentou não ter sido cumprido a regra de se realizar esta reunião na última sexta-feira do mês, conforme está determinado. Explanou que mesmo tendo lido a Ata muito rapidamente, tinha notado dois ou três pormenores de escrita, tais como palavras duplicadas, que são facilmente corrigíveis com uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

leitura pormenorizada do documento. Assim sendo, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que posteriormente fosse efetuada essa leitura atenta e corrigidos esses pequenos lapsos, tendo declarado que ia votar a favor na Ata.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se os Senhores Deputados desejavam apresentar mais propostas de correção à Ata número dezasseis, verificando que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número dezasseis da Assembleia Municipal de vinte e quatro de junho de dois mil e dezasseis** à votação, tendo sido aprovada por maioria, com duas abstenções, justificadas pelos Senhores Deputados pelo facto de não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.-----

-----PONTO 2.2-----

-----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha sido recebido da **Associação de Eleitos da Assembleia Municipal** uma missiva que tinha por objetivo, numa primeira fase, sondar se o Presidente da Assembleia Municipal de Manteigas estaria interessado em integrar uma Associação de Presidentes Eleitos das Assembleias Municipais. Informou que tinha manifestado que desejava primeiro conhecer os Estatutos dessa Associação, para posteriormente tomar uma decisão relativamente à matéria. Aludiu que posteriormente percebeu que segundo os Estatutos todos os Presidentes da Assembleia Municipal, que estivessem em exercício ou não, podiam fazer parte desta Associação, o que considerou que não fazia grande sentido, sendo que do seu ponto de vista esta Associação seria quase ingovernável.-----

-----Indicou que os Estatutos desta Associação estavam à disposição dos Senhores Deputados que os desejassem consultar. Referiu que na sua opinião a Associação de Eleitos da Assembleia Municipal deveria amadurecer melhor esta ideia, considerou que não era viável criar uma Associação nestes termos, sendo que também não tinha grande importância para este órgão deliberativo não ser sócio fundador desta entidade. E caso houvesse no futuro uma nova iniciativa, com Estatutos mais adequados aos interesses deste tipo de Associação, inclusivamente com a discussão de problemas que são debatidos pela Assembleia Municipal, poderiam nessa altura aderir a essa entidade.-----

Informou que a **Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo** remeteu uma Moção sobre a Reorganização Administrativa das Freguesias do Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. Explicou que este concelho tinha dezassete Freguesias e ficou reduzida a cinco, causando diversos constrangimentos à região e à sua população. A Moção vem no sentido de alterar o enquadramento Legislativo que existe sobre esta matéria. Colocou o documento à disposição dos Senhores Deputados para consulta.-----

Da **Câmara Municipal de Manteigas** foi recebido um ofício em resposta à questão levantada na última sessão, sobre o encerramento do ATM da Rua 1.º de Maio. Nessa missiva é comunicado que na sequência do pedido de esclarecimento formulado à Caixa Geral de Depósitos, relativo a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

este assunto, esta última entidade referiu que a situação está a ser objeto de análise para apuramento da informação a prestar.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que a Caixa Geral de Depósitos já tinha prestado essa informação, sendo que já tinha dado despacho para ser comunicada a resposta dada por essa entidade, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Explicou que foi referido pela Caixa Geral de Depósitos, que o ATM da Rua 1º de Maio foi retirado por razões operacionais de controlo de custos. Indicou que o nosso rácio de um ATM por vila e por pessoas é muito melhor do que em Lisboa.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa continuou a sua explanação indicando que a **Câmara Municipal de Manteigas informou sobre a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)** no corrente ano, que apresenta uma diminuição sensível do IMI a cobrar em dois mil e dezasseis. Nesse sentido é dado conhecimento ao Órgão Deliberativo, através do Presidente da Assembleia, dos valores arrecadados pelo Município de Manteigas, através de uma tabela que contempla o primeiro semestre dos anos de dois mil dez a dois mil e dezasseis. Informou que no ano de dois mil e quinze foi cobrado cerca de cento e noventa e cinco mil euros (195.000,00€), em dois mil e dezasseis só foi cobrado cento e sessenta e um mil euros (161.000,00€) o que corresponde a uma diminuição sensível de trinta e três mil euros (33.000,00€).-----

Declarou que trata-se de uma redução resultante de uma série de isenções, que o atual Governo através do Orçamento de Estado para o ano de dois mil e dezasseis criou, em relação às famílias com menor rendimento e com mais filhos, que ficaram isentos do IMI. Esta medida levou uma baixa significativa do IMI cobrado em Manteigas, o que não admira devido aos baixos rendimentos que auferem atualmente as famílias do concelho. Referiu que isto contraria uma alegação feita pelo Técnico Oficial de Contas (TOC), no Relatório de Acompanhamento do Saneamento Financeiro, em que admitia que no segundo semestre com a cobrança do IMI se equilibrassem as contas do Município, contudo devido a esta redução sensível da cobrança deste Imposto, disse que tinha muitas dúvidas que isso venha a acontecer, sobretudo porque a cobrança IMI ocorre com maior incidência no mês de abril.-----

Informou que teve oportunidade de estar presente, juntamente com o Senhor Vice-Presidente da Câmara e mais um Técnico da Câmara, no Seminário que foi organizado do Portugal 2020, os Fundos Comunitários das Autarquias Locais, que decorreu em Aveiro. Disse que desse Seminário constatou que a situação atual relativamente ao Portugal 2020 e relativamente às Autarquias está ultrapassada, porque se verifica que em relação aos empresários e aos investidores privados, a situação esta praticamente idêntica àquela que se verificou no Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN), em período homólogo, mas em relação às Autarquias há efetivamente um atraso sensível. Contudo, o Senhor Ministro da Tutela esteve presente nesse Seminário e anunciou facilidades em relação às candidaturas, tendo ficado a ideia que a partir de agora as Autarquias podiam começar a ver as suas candidaturas a andar e eventualmente a serem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

aprovadas.-----

Deu conhecimento que foi também recebida uma **informação sobre a situação económica e financeira semestral do Município**. Explicou que tal informação foi-lhe remetida apenas com dois dias de antecedência da data desta sessão, já depois de ter sido remetida a alteração da Ordem de Trabalhos aos Senhores Deputados, e por isso não pôde ser incluída na mesma. Ainda assim, julgava que todos os membros da Assembleia já tinham esse documento em sua posse. Explanou que trata-se apenas de uma informação do próprio Revisor Oficial de Contas (ROC), onde é mencionado que a Câmara por opção não fez as demonstrações financeiras intercalares, de modo que ele não certifica esta Informação. Indicou que não há uma Certificação Legal de Contas, como acontece por exemplo com as contas anuais e portanto não passa de uma Informação que considerou pertinente abordar neste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

Referiu que em suma, a dívida a fornecedores a trinta de junho de dois mil e quinze caiu drasticamente, o que considerou que também não podia ser de outra forma, por força do Empréstimo do Saneamento Financeiro, que ainda ocorreu no final de dois mil e quinze. No que concerne às várias liquidez deduzidas e geradas, estão todas acima dos 100%, como também não podia deixar de ser, mas o rácio do endividamento mantém-se em 38% ou 39%, como é também natural, porque o facto de a dívida ser transferida das Águas do Zêzere e Côa para a Banca não diminuiu o Rácio de endividamento e como tal, este mantém-se. Aludiu que o ROC chama a atenção para a questão da execução da receita, que está nos 90,08%, assim como alerta para que a execução da receita tem que ter no mínimo 85% e se não tiver durante o prazo de dois anos a situação financeira do Município complica-se.-----

No que diz respeito à execução da receita no primeiro semestre, verifica-se que está baixa. Explicou que o que na sua perspetiva era mais preocupante é a execução muito abaixo do previsto, da taxa de execução de obras e loteamento, o que significa uma letargia enorme do ponto de vista da situação económica do Município, que a todos deve preocupar, porque atualmente as obras estão paradas em Manteigas. Quanto à execução da despesa o aumento é pouco significativo, cerca de quarenta mil euros (40.000,00€), contudo o alarmante é que este aumento resulta de um aumento da despesa corrente e de uma diminuição da despesa de capital, portanto transferências ainda não haverá. Explicou que se verifica o aumento da despesa corrente e de uma diminuição da despesa de capital e daí a execução da despesa ter um ligeiro aumento.-- Aludiu que no seu ponto de vista também era preocupante a situação dos investimentos sobre a despesa total, ou seja aquilo que foi investido sobre o total da despesa que está ainda pior do que no ano transato e atinge apenas 6,06%, enquanto no ano de dois mil e quinze era de 11,89%. ----- Indicou que do **Grupo Parlamentar Os Verdes** foi remetido um Projeto-lei que visa repor a situação de legalidade que existia antes das alterações verificadas em mil novecentos e noventa e três, em mil novecentos e noventa e sete e finalmente em dois mil e catorze. Explicou que no fundo vem ripristinar as normas dos Decretos-lei n.º 39/76, de 19 de janeiro e 40/76 de 19 de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

janeiro. Por último, indicou que a **Senhora Patrocínia Rabaça** agradeceu a carta que o órgão deliberativo lhe remeteu, em resposta à sua missiva, onde reclamava dos inconvenientes causados pelo mau-cheiro proveniente de um rebanho de cabras, que existe na zona do Eirô, na Freguesia de Santa Maria. Não havendo mais expediente para dar a conhecer à Assembleia Municipal, deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----PONTO 2.3-----

-----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como aberta as inscrições, verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira cumprimentou todos os presentes, mencionou que era um prazer receber novamente esta sessão da Assembleia Municipal na Freguesia que preside, onde serão sempre muito bem recebidos.-----

Fez alusão a uma situação que já se arrastava algum tempo e que na semana em que decorreu esta reunião, finalmente se tinha resolvido, que tinha a ver com o saneamento em Vale de Amoreira. Afirmou que durante alguns anos esta situação foi empatada, porque tentava-se apurar responsabilidades, faziam-se promessas e outras situações que nunca chegou a perceber. Contudo, nessa semana a obra do saneamento já foi iniciada e por isso agradeceu à Câmara Municipal por se ter dedicado a este assunto, porque havia ruas em Vale de Amoreira que o saneamento nunca foi concluído, começaram as obras e depois pararam por causa de uma travessia na Estrada Nacional.-----

Disse que deixava este agradecimento à Câmara Municipal, porque todos os cidadãos são importantes para este concelho e todos os cidadãos são importantes para esta freguesia.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra referiu que a sua intervenção ia no sentido de dar um agradecimento. Recordou que em várias sessões desta Assembleia foi debatida a situação de dificuldade que os Bombeiros de Manteigas vivem. O concelho de Manteigas teve este ano, na época estival, dois incêndios, um em Manteigas outro em Sameiro, e apesar de não ter estado presente, indicou que tentou manter-se informado da situação que ocorreu. Sendo que as referências que teve foram as melhores, não só da nossa corporação de Bombeiros, como de outras corporações que colaboraram com os Bombeiros de Manteigas.-----

Face ao exposto, disse que queria deixar simbolicamente o seu agradecimento, a sua homenagem aos Bombeiros de Manteigas e àqueles que vieram de fora, que de uma forma abnegada, brava, pondo em perigo as suas vidas, saltando por cima de todas as dificuldades trabalharam o que podiam e se calhar mais do que podiam, para que tudo se resolvesse pelo melhor. Segundo o que teve conhecimento o trabalho que foi feito, foi de excelente qualidade e por isso indicou que queria desta forma singela, prestar uma homenagem aos Bombeiros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Voluntários de Manteigas e a todos os Bombeiros, que de uma forma ou de outra se sacrificam para que possamos ter uma vida de paz e descanso.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para prestar um esclarecimento, explanou que o IMI este ano não teve nenhuma legislação específica que levasse a esta redução. Explicou que havia uma legislação, que dizia que as pessoas que tivessem abaixo de um determinado nível de remuneração, tinham que ir junto das Finanças e requerer a isenção de IMI. Entretanto a legislação referia que a partir deste ano não era preciso fazer mais esta apresentação, designadamente os emigrantes. Concluiu que a legislação não é nova, apenas evitou que as pessoas tivessem que deslocar-se para requerer a isenção, essencialmente os não residentes permanentes, que automaticamente foram abolidos e por isso se verifica esta diferença do IMI.-----

Relativamente ao documento que o Senhor Presidente da Mesa referiu do Revisor Oficial de Contas (ROC), é um documento que obrigatoriamente o ROC envia à Assembleia Municipal e não é enviado pela Câmara. Trata-se de um documento semestral, obrigatório, da execução do que foram as contas do exercício. Afirmou que não é referido nessa Informação do ROC, que não teve documentos demonstrativos, antes pelo contrário, os documentos foram presentes e os documentos que ele tem eram aqueles que estavam disponíveis e que ele pediu para fazer. Recordou que como era de conhecimento quem contrata o ROC é a Autarquia, mas o atraso na entrega deste documento à Assembleia é responsabilidade única deste. Indicou que a Câmara já se tinha manifestado junto do ROC, relativamente ao seu atraso no envio deste documento ao Órgão Deliberativo. Reiterou que o documento do ROC está em conformidade com os documentos que lhe foram apresentados, faz comentários de bonomia relativamente às contas, sendo que nem podia deixar de ser de outra maneira.-----

No que concerne ao Programa 2020, disse que relativamente às empresas o processo já estaria mais ou menos encaminhado. Indicou que nesta fase de transição de dois mil e dezasseis para o ano de dois mil e dezassete, ainda nem sequer há uma décima parte relativamente àquilo que é o Quadro Comunitário, visto que dos vinte e cinco mil milhões de euros (25.000.000.000,00€), que o Estado Português tem para poder utilizar e receber, nem sequer tem dois mil e quinhentos milhões euros (2.500.000.000,00€) imputados a qualquer candidatura. Referiu que as Câmaras Municipais, infelizmente, nada tiveram, excepto aquelas que tinham as chamadas candidaturas que estavam listadas, que vinham dos diversos Ministérios, designadamente de dois, do Ministério da Educação para as Escolas e do Ministério da Cultura relativamente aos monumentos, que já estivessem devidamente anotados e listados.-----

Informou que a melhor das execução que houve ao longo de todos os Quadros Comunitários, foi no valor de quatro mil milhões e quinhentos mil euros (4.500.000.000,00€) por ano, atendendo que estamos no final do ano de dois mil e dezasseis, disse ter sérias reservas que se consigam gastar os vinte e cinco mil milhões de euros (25.000.000.000,00€), até ao ano de dois mil e vinte,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dado que estamos neste momento a três anos de vida deste Quadro Comunitário e com menos de um décimo do Quadro executado. Afirmou que houve uma má génese do processo, sendo que vai ser extremamente difícil começar a arrancar com o mesmo. Aludiu que se no país conseguirem fazer cinco mil milhões de euros (5.000.000.000,00€) em cada ano é muito bom, contudo só restam três anos efetivos para o fazer.-----

No que concerne às Câmaras Municipais, as Comunidades Intermunicipais fizeram Pactos com as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). No caso concreto da CIM Beiras e Serra da Estrela fez um Pacto com a CCDR, contudo até ao momento não houve a abertura de aviso em ordem a poder concluir-se. A título de exemplo, referiu que enquanto uma Câmara como a de Gouveia terá à volta de oito milhões de euros (8.000.000,00€) para a Regeneração Urbana, a Câmara de Manteigas terá à volta de quatrocentos mil euros (400.000,00€), havendo uma discriminação negativa relativamente a Municípios pequenos como o Manteigas, sendo que o primeiro critério para a atribuição do valor do financiamento é com base na população, ou seja 80% do critério para a atribuição destes quatrocentos mil euros (400.000,00€) para Manteigas, teve como base na Região Centro a população.-----

Explanou que tratando-se do Interior e sendo esta uma região de despovoamento e de fraca densidade populacional, tomar como critério primeiro para seleção das verbas a atribuir, 80% à população não é correto. Aludiu que é importante tomar este alerta como muito sensível e a própria Assembleia Municipal podia, juntamente com o órgão executivo, reclamar relativamente as estes critérios e à forma como estão a ser cumpridos, nos diversos concelhos do Interior com baixa densidade populacional.-----

Indicou que o Senhor Presidente da Associação de Municípios Portugueses, que por acaso é do mesmo partido que o Governo, disse e bem, que além do atraso do Quadro Comunitário o Governo tem respondido que antes de dois mil e dezassete não fará qualquer revisão relativamente aos Quadros Comunitários, tendo o Senhor Presidente da Câmara considerado ser tarde. No seu ponto de vista Manteigas tem meia dúzia de tostões, muito abaixo de um milhão e quinhentos mil euros (1.500.000,00€), em relação às verbas que têm sido alocadas, o que considerou ser muito pouco e por isso achava bem, que em nome da chamada responsabilidade Autárquica de todos e da responsabilidade dos Senhores Deputados, que tivessem uma intervenção nesta matéria e eventualmente, até pudessem fazer uma moção de censura relativamente à maneira como este assunto têm sido conduzido.-----

As Autarquias na impossibilidade de fazer investimento e o Município de Manteigas está a viver praticamente do chamado Fundo de Equilíbrio Financeiro, em que o próprio fundo financeiro atribui logo 85% das verbas às despesas correntes e deixa 15 % para as despesas de capital, como tal a Câmara de Manteigas este ano, tal como nos outros anos fará a transferência das despesas correntes para as despesas de capital, porque estas últimas têm de ser abastecidas de alguma maneira. Recordou que já há dois anos que estão à espera que haja a abertura de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

candidaturas e a única que atualmente está aberta é a de Regeneração Urbana, que envolve um valor total, na ordem dos quatrocentos mil euros (400.000,00€). Explicou que se o Município executar 15% este ano, ainda tem um acréscimo de 10% à verba a receber, o que significa à volta dos quatrocentos e cinquenta mil euros (450.000,00€) relativamente à Regeneração Urbana.-----

O Senhor Presidente da Câmara aludiu que relativamente a obras, o momento atual não é de fazer castelos e a taxa de execução das despesas de capital é exatamente isso. O Município de Manteigas vai avançar com a obra da Biblioteca, do Posto de Turismo e eventualmente irão avançar com mais uma ou outra obra ainda este ano. Indicou que já há concursos abertos, contudo ninguém faz obras se não tiver o mínimo de capital, as verbas que existem até agora são do Fundo de Equilíbrio Financeiro e não de transferências. Afirmou que as grandes obras já não estão no horizonte de Municípios mais pequenos como o nosso, que efetivamente olham para as pessoas e é aí que tem de investir, em suma os fundos têm de ser aproveitados de outra maneira possível. Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia, o facto de ter referido e reconhecido o que disse o Senhor Ministro, que o fundo comunitário relativamente às Autarquias é zero.-----

Reiterou o que está explanado no documento do ROC, que quer as receitas correntes, quer as receitas de capital estão dentro dos parâmetros e que verifica-se a redução da despesa, além daquela que vem do Empréstimo do Saneamento Financeiro, mas a redução das despesas da Câmara Municipal tem vindo a ser efetuada. Disse que a capacidade de endividamento do Município está neste momento com disponibilidade, se for necessário, para a regeneração urbana. Aludiu que como era de conhecimento na regeneração urbana, há uma componente particular do Estado e que existe também para o Estado, que é a chamada Componente IHRU, que se for necessário que a Câmara intervenha em edifícios próprios, também se pode socorrer dos fundos do Banco Central Europeu.-----

Fez votos para que a revisão do Quadro Comunitário seja proposto pelo Doutor Manuel Machado, Presidente da Associação de Municípios, que seja revisto o mais rapidamente possível e que o chamado Interior e a Unidade de Missão que o Governo criou e bem para o Interior, que apresente relatório muito rapidamente. Informou que teve conhecimento que esse Relatório já foi concluído e entregue ao Governo, sendo que esperava que desta vez o Interior, assim como esta Unidade de Missão também seja contemplada, que se deixe de olhar muito diretamente só para o nosso reino e que efetivamente o Condado seja muito maior do que o nosso concelho.-----

Disse que deixava estas reclamações e lamentações, que acreditava que seriam assimiladas pelos Senhores Deputados, assim como o facto de o Senhor Presidente da Câmara, em nome da Câmara Municipal, em representação da Associação de Municípios da Cova da Beira, como membro da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, ter apresentado na última sessão, uma moção para que fosse dirigida à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, dizendo que no que concerne à Regeneração Urbana, embora não pretendessem os mesmos valores das cidades médias, mas que efetivamente considerar a população como o vetor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

principal para distribuição das verbas, que era lamentável e não aceitavam esse critério.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aludiu que no que concerne à discriminação negativa, das vilas relativamente às cidades, concordava inteiramente que a Assembleia se possa manifestar, porque do que tinha conhecimento essa discriminação negativa ocorria apenas na Região Centro. Neste seguimento, disse que se os Senhores Deputados concordassem, podia este Órgão Deliberativo manifestar junto da CCDR o desagrado perante esta situação e como tal, disponibilizou-se a elaborar um documento nesse sentido, para ser remetido à Senhora Presidente da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro 2020.-----

No que diz respeito ao estado de execução do Portugal 2020, aludiu que não tinha nenhum elemento para desmentir o Senhor Secretário de Estado Nelson Sousa, que é quem coordena as verbas do Portugal 2020, tendo este dito que relativamente às execuções, ou seja, aos pagamentos efetuados a situação atual é igual ao período homólogo do QREN, do anterior Quadro.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que não se importava de consentir que isso seja verdade, contudo estavam a falar em pagamentos de menos de mil milhões de euros (1.000.000.000 €). Tendo o Senhor Presidente da Mesa referido que em relação a essa matéria apenas podia comparar com o QREN anterior e desse tinham terminado a gastar todas as verbas e quem beneficiou, na sua opinião, foram as Autarquias. Afirmou que é evidente que quando a economia não anda, também não há execução.-----

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu indicando que este Quadro Comunitário não está dirigido para as Autarquias, enquanto que o QREN era quase 100% para as Autarquias, neste momento apenas lhes cabe 20%.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que embora este Quadro Comunitário não estivesse direcionado para as Autarquias, mas se os privados não utilizarem as verbas, aquilo que se verá é que serão eventualmente as Autarquias que irão beneficiar. Verificando a intensão do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria cumprimentou todos os presentes, agradeceu a forma como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira acolheu esta sessão da Assembleia Municipal, sendo que era com muito agrado que vinha a esta Freguesia, para tratar assuntos do nosso concelho.-----

Referiu que a sua intervenção se prendia com um assunto que tinha sido tratado na sessão realizada em vinte e nove de Abril, contudo nessa altura não dispunha da informação que hoje detinha. Explanou que na quarta-feira que antecedeu a data desta reunião, tinha estado presente com outros colegas de Freguesia numa sessão de esclarecimentos do Geopark e era sobre essa temática que pretendia incidir esta explanação.-----

Referiu que após ouvir o que foi dito nessa sessão, sentia-se na obrigação de deixar um desafio ou uma proposta à Câmara Municipal e à Assembleia, que é a de não podermos deixar, nem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

permitir que a sede do Geopark não fique em Manteigas. Explicou que nessa sessão foi dito que o concelho de Manteigas é dos nove concelhos o que tem mais geosítios e se Manteigas não fizer parte desta Associação, o *Geopark Estrela* não tem sucesso. Assim sendo, considerou que não será muito difícil organizar um protesto à nossa volta, assim como também não é muito difícil ver que algumas sedes de determinadas entidades podiam estar em Manteigas e não estão.-----

Referiu que todos nós enquanto eleitos locais temos o direito e o dever de defender os interesses de Manteigas, que são muito superiores a outro tipo de interesses. Como tal, deixou um desafio ao Órgão Executivo e ao Órgão Deliberativo, para que estejam atentos, para não deixarem que a sede do Geopark fique em outro concelho que não seja o nosso. E caso fosse necessário, considerar a hipótese de Manteigas sair desse projeto do Geopark.-----

Indicou que embora não pretendesse que cada um olhe só para o seu umbigo e que a Serra ou o Geopark fique partido por concelhos, contudo Manteigas tem um património natural único, sendo que este património muitas vezes alimenta os outros concelhos. Isto porque os turistas vêm visitar aquilo que é nosso, mas como a sede se ficar situada em outro concelho, esse concelho acabará por beneficiar em termos de hotelaria, comércio, entre outros setores económicos e Manteigas nada lucra com isso. Neste sentido, reiterou que devemos estar muito atentos, não deixar fugir esta oportunidade e caso os outros concelhos não reconheçam o nosso valor, então sugeria que Manteigas saísse do projeto do Geopark.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para esclarecer que essa defesa já foi feita e transmitida nesta Assembleia. Recordou que na altura foi dito que a sede do Geopark estava para ser instalada na Torre, tendo a Câmara Municipal de Manteigas contestado essa ideia, foram apresentadas justificações e argumentos para o efeito, portanto tiveram uma atitude ativa relativamente a essa matéria. Explicou que o que existe é uma Associação designada *Geopark Estrela*, tendo a Câmara solicitado autorização a esta Assembleia para integrar a mesma, tendo este órgão deliberativo aprovado essa adesão e remetida essa deliberação para o Tribunal de Contas.-----

Afirmou que o Órgão Executivo tem defendido seriamente a sua posição relativamente à sede do Geopark ser em Manteigas, contudo tem que se ter em linha de conta que em a democracia não se pode impor a nossa vontade, têm de se apresentar argumentos, que se prendem com o facto de Manteigas, sozinha, ter mais geosítios do que eventualmente têm todos os outros Municípios que integram esta Associação, sendo que Manteigas ainda não é sócia. Informou que como não havia número suficiente de sócios para constituir esta Associação, porque faltava pelo menos mais um parceiro, ele próprio interveio como Presidente da Assembleia Geral da ADRUSE, para esta entidade integrar essa Associação, sendo que a ADRUSE neste momento é sócia constitutiva.-----

O Senhor Presidente da Câmara informou que teve conhecimento, que o Senhor Doutor Manuel Carvalhinho, ex-Presidente desta Assembleia, teve um problema de saúde, que terá ocorrido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quando estava na Grécia, tendo sido helitransportado para Atenas. Disse que deixava esta nota, desejo-lhe as boas melhoras.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que tinha tido conhecimento desse facto, inclusivamente o Senhor Deputado Manuel Carvalhinho não se encontrava presente nesta sessão, precisamente para poder acompanhar o estado de saúde do seu Pai.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu novamente a palavra referindo que tinha conhecimento do que foi explanado pelo Senhor Presidente da Câmara, contudo, na sua opinião, quem tem de deliberar a integração do concelho no Geopark são os Autarcas, não é imposto por ninguém. Disse que a sua intervenção foi no sentido de ser argumentado o facto de Manteigas ter a maior quantidade de geossítios, para que a sede do Geopark fique instalada no concelho, contudo se tal não acontecesse poderiam revogar a deliberação de adesão ao *Geopark Estrela*.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra recordou que embora Manteigas ainda não pertença a esta Associação, porque estão à espera que o Tribunal de Contas assim o autorize, mas mentalmente, moralmente e eticamente já faz parte desta entidade. Informou que está a ser feito um estudo para ser apresentado à UNESCO, no sentido de que haja um Geopark, por força dos geossítios e por força das condições endógenas da própria Serra da Estrela. Aludiu que esta classificação tem de ser preparada e por isso é que foi criada esta Associação, para preparar a candidatura ao Geopark. Além de que futuramente o Geopark tem de ter uma gestão e esta Associação será eventualmente a futura gestora do Geopark.-----

Explicou que nesta fase trata-se apenas da candidatura da Serra da Estrela a Património Natural da Humanidade, é isto que se deseja. Concordava que a sede do Geopark deveria ser em Manteigas, porque temos o direito moral e físico para sermos a sede do Geopark, mas não nos mesmos moldes da sede do Parque Natural da Serra da Estrela, que nem sequer pintam o seu próprio edifício. Alegou que a verdade é que o Geopark será a entidade cultural da natureza que a UNESCO há-de reconhecer e há-de lá estar os vinte e um sítios de Manteigas, porque caso contrário não há essa classificação.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou relativamente a esta matéria não pode deixar de ser Manteigas a sede do Geopark face aos geossítios que existem. Se de alguma maneira alguém conseguir repudiar esta situação, evidentemente que nos assiste o direito de repostarmos e fazer de tudo para reverter essa possível situação. Referiu que deixarmos de pertencer a esta Associação não adiantaria muito, isto porque os geossítios ficam onde estão e os outros concelhos vão mostrar os geossítios que nos pertencem a nós, dado que não temos uma fronteira.-----

Explicou que relativamente a esta matéria o que realmente o preocupa é que a Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) coloca muitos desses geossítios, que são território de Manteigas, em território de Seia e portanto há que alterar a CAOP, sendo um tema que já abordou por diversas vezes nesta Assembleia. Disse que efetivamente essa Carta tem de ser alterada, é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

um processo que tem de ser conduzido pela Câmara Municipal, porque no futuro podemos vir a ter algum problema com a localização dos geossítios, que são nossos, no concelho vizinho.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra referiu que esta Associação que já se constituiu e da qual Manteigas é candidata enquanto Município, portanto vai integrar essa Associação como sócia, provavelmente vai ter que haver eleições para a Direção dessa Associação e Manteigas pode também propor-se para a fazer parte dessa Direção, sendo que integrando a Direção dessa Associação, provavelmente, teremos mais força para propor um projeto mais adequado à realidade, que é o que todos alegam.-----

Explanou que a única *nuance* é que tal como em muitas outras situações, há uma má interpretação cartográfica e geográfica deste concelho e dos locais deste concelho, em termos de Planalto Central e não só, em relação à Serra da Estrela, isso tem que ser previamente esclarecido. Na sua opinião o Município deveria de agir rapidamente, propondo-se como elemento para integrar a Direção desta Associação, de forma a ter mais força e a partir daí propor a sede em Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra, cumprimentos todos os presentes, em especial o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira, como representante desta Comunidade, que disse ser um povo simpático, afetivo, hospitaleiro, com qualidades extraordinárias. Mencionou que ia iniciar a sua intervenção por subscrever a homenagem apresentada pelo Senhor Deputado Nuno Soares aos Bombeiros, contudo gostava que fosse extensível aos sapadores dos Baldios.-----

Aludiu que a sua intervenção prendia-se com três assuntos, o primeiro dizia respeito ao incêndio que deflagrou na manhã do dia trinta e um de julho em Sameiro, e nesse sentido solicitava que esta homenagem fosse extensível aos Sapadores, porque no caso concreto de Sameiro, e falava desse caso em específico porque tinha estado presente desde a primeira hora no meio do incêndio a combater, juntamente com os Sapadores de Valhelhas, Sameiro e Vale de Amoreira. Por esse motivo, referiu que teve o cuidado de agradecer formalmente a todos estes sapadores que tinha citado. Não o tinha ainda feito em relação aos Bombeiros porque há todo um financiamento, todo um apoio que tem de ser dado.-----

Explanou que a questão que ia abordar era um problema transversal, e por isso gostava que a Assembleia e a Câmara deixassem de uma vez por todas a retórica e fossem pragmáticos. Fazendo um pequeno resumo da situação, mencionou que a Junta de Freguesia a que preside, pediu à Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) autorização para limpar os caminhos rurais. Nesse seguimento recebeu uma missiva desses tecnocratas de gabinete, deslocalizados e desraizados da realidade, onde era dito que se podia intervir, mas que não se podia usar máquinas, como se voltássemos ao tempo da escravatura e colocássemos os sapadores com enxadas a limpar tantos caminhos rurais. Referiu que lhe foi dito que não se pode mexer na vegetação autóctone, numa margem específica de um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

determinado número de metros, não se pode deslocalizar terras para tapar a erosão causada pelas águas pluviais, sendo que com isto se por um lado dão autorização, por outro acabam por impedir o trabalho que a Junta de Freguesia se propôs fazer, são impeditivos e autoritários.-----

Prosseguiu dizendo que em seguida ocorreu o incêndio que limpou tudo, depois aparece o Senhor Engenheiro Rui Melo na *TSF* a dizer que limparam, intervieram e até plantaram, mas a verdade é que quem plantou foram os Autarcas, os nossos Sapadores, com o dinheiro dos Baldios, das Juntas de Freguesias. Explanou que intervieram de boa vontade, com os poucos recursos financeiros, contudo nenhum Autarca foi chamado, mais grave os chefes dos sapadores que conhecem a topografia, a morfologia, não foram consultados sobre o assunto. Indicou que na sua opinião esta era uma visão terceiro mundista, tipo Coreia do Norte, em que o Senhor Comandante está num pedestal, não falam connosco, não nos envolvem, não nos motivam.-----

Considerou que a Junta de Freguesia de Sameiro e a própria Assembleia Municipal deveriam de manifestar-se relativamente a esta situação, porque os representantes dessas entidades assinam um despacho, documentos impeditivos, não deixam trabalhar os Presidentes de Junta, que têm uma atividade de proximidade, sabem os problemas e depois acontecem estas catástrofes. Questionou quem é que agora é o responsável por este incêndio; Se a pessoa que assinou este documento não pode ser responsabilizada, chamada a atenção pelo sucedido.-----

Explanou que a segunda temática da sua intervenção vinha de encontro ao que tinha acabado de explanar, prendia-se com o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020, um projeto de limpeza do Rio Zêzere e atribuição de financiamento. Onde é referido que as entidades têm uma determinada verba, contudo só podem atuar mediante autorização do ICNF e da APA. A Agência Portuguesa do Ambiente refere que se pode fazer a limpeza, mas mediante determinadas normas, tais como não ser feito na altura da nidificação, entre outras. Por sua vez, o ICNF vai mais longe e colocam quatro restrições, que no seu ponto de vista são aberrantes, sendo que a última questiona onde é que se iam colocar os materiais lenhosos. Explanou que os materiais lenhosos são dos proprietários, que vão buscar a sua lenha.-----

Informou que escreveu uma carta à representante do ICNF em Viseu, que assinou esta missiva, sendo que nessa carta ia explanado que há Presidentes de Junta que são tão ambientalistas como a Senhora, os Senhores Presidentes de Junta têm conhecimentos e ela está mais uma vez longe da realidade. Informou que posteriormente essa representante do ICNF respondeu-lhe com um ofício, que dizia que a Junta de Freguesia de Sameiro não tinha respondido aos tais quatro pontos que eram exigidos para ser dada a autorização.-----

Por último, aludiu que pretendia manifestar uma pequena mágoa e tristeza, relativamente a algo que circulou na internet pelo lado negativo, onde é referido que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro era o culpado do corte da luz. Como o Senhor Presidente da Câmara poderia verificar, em relação à história da banda desenhada referida pelo mesmo na última sessão, há muitas formas de fazer bonequinhos, de fazer propaganda, de transmitir mensagens.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explicou que se estava a dirigir ao Senhor Presidente da Câmara, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, porque a informação que é dirigida à Assembleia é um documento que vem da Câmara e é referido na sua página seis, *Alteração da Rede Elétrica no Centro Social de Sameiro*, portanto isto foi uma ação da Câmara Municipal, sendo que a Junta de Freguesia de Sameiro não foi vista nem achada nesta intervenção. Logo, o Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não é culpado desta intervenção.-----

Afirmou que esta mensagem que anda a circular na internet é uma desonestidade intelectual, há várias formas de passar mensagens, umas com bonecos, outras no *facebook*. Lamentou que ele enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, tenha sido cilindrado com propagandas que não são verdadeiras, nem são da sua responsabilidade, porque não teve intervenção na questão do polidesportivo e no corte de eletricidade, porque a alteração foi feita pela Câmara Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra referindo que não tinha ficado devidamente esclarecido com esta última questão levantada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro. Disse que desconhecia que bonequinhos a que o Senhor Presidente da Junta se estava a referir, o que tinha conhecimento, é que naquele espaço do Centro Social de Sameiro, existia ali uma miscelânea de contadores de distribuição de energia, que não estavam adequados. Por isso foi preciso intervir e houve efetivamente uma intervenção da Câmara Municipal relativamente à iluminação, em que teve de haver a separação de contadores, porque havia rebentamentos sucessivos, quer no Restaurante, eventualmente também apanhava a Junta e assim sucessivamente. Explicou que era preciso intervir, assim como era preciso ter um projeto, sendo que julgava que já há mais de três ou quatro anos que se andava para se fazer esta separação.-----

Explanou que se houve alguém que comentou ou criticou, desconhecia esse facto, mas era necessário ser feita esta intervenção. Aludiu que efetivamente na última sessão tinha falado de uns folhetos com uns bonequinhos que tinham aparecido nas caixas de correio, a dizer que a Câmara tinha cortado a água dos camarários e dos jardins. Consta da Ata que hoje foi aprovada, assim como consta que foi dito que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro não tinha nada a ver com esse assunto.-----

Recordou que isto veio no seguimento de quando foi feita transferência de responsabilidade dos jardins para as Juntas, em que era obrigatório que os contadores de água fossem requisitados pela própria Junta e alguém levantou o problema se Vale de Amoreira também era igual a Sameiro. Esclareceu que a Freguesia de Vale de Amoreira requisitou os contadores, Sameiro é que não tinha requisitado, tanto que Sameiro fez uns bonequinhos a dizer a Câmara são uns malvados que tiraram a água do povo.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira no uso da palavra deu conhecimento que a ANAFRE, na última reunião com o Comando Nacional da Proteção Civil,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

indicou que será certo que os operacionais, a pessoa que vai liderar no terreno será o Senhor Presidente de Junta. Fez votos de boas melhoras para Senhor Doutor Manuel Carvalhinho e felicitou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que nesta data celebrava o seu aniversário.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a rejeição pelo Supremo Tribunal de Justiça, da reclamação apresentada pela *Da Nascente*. Explanou que o que suspeitava é que não foi aceite a reclamação que essa empresa teria feito sobre a não entrega no resultado do leilão. Aludiu que era importante saber se realmente neste caso a Comissão de Credores vai ou não atuar no sentido de libertar o equipamento para o outro possível comprador. Questionou se a Câmara Municipal já encetou alguma diligência no sentido de esclarecer este assunto, porque é de grande importância para Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que havia um processo da firma *Da Nascente*, que reclamou relativamente ao processo que houve da insolvência e relativamente ao leilão que decorreu e perdeu. Explanou que a *Da Nascente* já está insolvente, houve leilão relativamente à matéria, ocorreu que o antigo proprietário fez uma proposta e não foi aceite pelo Administrador e o processo levou-o a Tribunal, tendo o Administrador ganho a ação e o processo está todo legitimado. Mencionou que o Senhor Administrador da Insolvência ia entretanto fazer um leilão por carta fechada, para a venda de tudo o que é património *Da Nascente*, nesse património está anexado de acordo com o processo a licença de exploração, que é algo que o outro Governo deu à *Glaciar* e agora temos uma ação contra o Governo.-----

Esclareceu que o Governo deu uma licença à *Glaciar* e agora a licença vai entrar neste processo. Portanto a *Glaciar* está num Processo Especial de Recuperação (PER) e de um momento para o outro vê-se sem a licença de poder engarrafar, por isso é que o PER está em curso. Informou que não conseguem localizar o proprietário, inclusivamente já tinha dado despacho para se remeter uma missiva ao Senhor Administrador da Recuperação, a avisar que já tínhamos informado que tinham que pagar mais de dois mil euros (2.000,00€) por mês, para utilizar a conduta de água, já o notificámos por todas as vias, sendo que a Câmara comunicará ao Senhor Administrador que se não nos responder no prazo de trinta dias a água deixa de passar pela conduta.-----

Explicou que não podem atuar de outra maneira, principalmente agora com a empresa em Insolvência, sem a licença e sem a firma de engarrafamento questionou como é que a *Glaciar* vai engarrafar a água. Aludiu que é uma pergunta triste e preocupante. A *Glaciar* vai deixar de poder engarrafar, porque a fábrica de engarrafamento vai ser entregue a terceiros, que por sua vez também vão ficar com a licença, mas entretanto há um processo de Recuperação na ordem de uns milhões de euros, que efetivamente também fica vago. Referiu que alguém há-de reagir do Ministério das Finanças ou do Tribunal da Recuperação. Recordou que este é um processo que tem dez anos e que fazia votos que finalmente se resolva.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que julgava que efetivamente fosse esta a situação, chamou a atenção para que era preciso andar em cima do problema para ver se este imbróglio todo se resolve efetivamente. Registou que já foram hierarquizados os projetos que integram o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e entregues na CCDRC, em junho do ano em curso. Questionou o Senhor Vice-Presidente da Câmara sobre o resultado da reunião que tinha tido, na semana anterior à data desta sessão, na CCDRC, se efetivamente já há ou não luz verde para esses projetos, que foram entregues e que estão hierarquizados e quais são.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que abriram as candidaturas para o PARU e foi comunicado à Câmara, que quando os projetos tivessem em forte evolução, designadamente que já estejam adjudicados, o Município podia fazer as candidaturas. Referiu que o Município tem um projeto que é o da Biblioteca, em que já foram abertas e apreciadas as propostas, já está num estado de maturação. Relativamente ao Posto de Turismo e a sua envolvente, está num concurso aberto, contudo está a limar-se o processo relativamente às propostas. Informou que o Município terá ainda uma terceira proposta que abrange os anexos da Fábrica do Rio, relativamente à dita zona natural ao Rio. Face ao exposto, disse que são três os projetos que estão indicados para avançar desde já e que irão fazer os tais quatrocentos e quarenta mil euros (440.000,00€).-----

Informou que além destes projetos, apresentaram em subseqüência o processo da Praça de Manteigas e da Casa do Povo, matérias que só serão contempladas se houver uma revisão do Quadro. Indicou que estão à espera que haja algum financiamento e alguma mudança sobre esta matéria. Em suma, o Município vai fazer candidaturas, irá executar 15% de uma das obras para conseguir colher mais 10% do financiamento. Comunicou ainda, que vai haver um concurso específico para Manteigas, que contempla a Escola de Hotelaria. Como era de conhecimento o edifício desta escola sofreu obras de fachada, aparentemente estava pronta, tal como ocorreu com a Escola C+S de Manteigas, no entanto não tinha nada por dentro, nem tinha canalizações, nem gás, nem aquecimento e sempre teve buracos uns atrás dos outros, desde o telhado até à contenção do calor, às energias, até à sustentabilidade do processo.-----

Explicou que este projeto tinha sido inserido no Pacto da Comunidade Intermunicipal com a CCDR, contudo quando saiu o Pacto apenas abrangeu as escolas ditas oficiais, não se destinava à Escola de Hotelaria. Ainda assim, o Município tem o compromisso desde maio, da Senhora Presidente da CCDR que informou que até final de outubro a Escola de Hotelaria também estará em condições de poder ser candidatada. Neste âmbito, referiu que já tem o projeto, já está avaliado e em condições de ser aberto o concurso, portanto acredita que assim que saia o aviso de abertura para a Escola de Hotelaria de Manteigas, irão avançar com este processo. Aludiu que estas obras que irão executar envolvem o montante de cento e sessenta e oito mil euros (168.000,00€) do FEDER, disse que estavam a falar à volta de duzentos mil euros (200.000,00€) e que iam ver até onde chega, se há alguma reprogramação que possa acontecer em termos de candidatura-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explicou que no que concerne ao projeto da Fábrica do Rio e de toda a zona envolvente, que vai a caminho do moinho ao longo do Rio Zêzere, irá se aproveitada. Anunciou que ia ser assinado um Protocolo com a Universidade da Beira Interior (UBI), sendo que posteriormente teria a oportunidade de convidar todos os Senhores Deputados, para na terceira semana de outubro estarem presentes nessa assinatura do Protocolo. Explanou que este Protocolo vem no sentido de o concelho ter uma espécie de polo da UBI, no espaço da Fábrica do Rio. Esse projeto visa os produtos de natureza, todo o encaminhamento de vivência na Serra, tal como caminhadas, proteção, defesa, estarão aí sediados professores e alunos, designadamente de mestrado. Explicou que este Protocolo está a ser estudado, encontra-se em fase de evolução. Disse que deixava esta novidade, que em princípio Manteigas vai ter uma atuação direta na Fábrica do Rio, com energias renováveis, com a Universidade e também com os produtos da natureza, manutenção, criação de circuitos e porventura até no Ninho de Empresas com a atração de mestrandos, que possam ficar aqui em Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que por último gostaria de abordar a questão dos incêndios, uma vez que na sua opinião é de enorme importância a Assembleia Municipal ter consciência do risco que envolvem os incêndios, que tanto em Manteigas como em Sameiro deflagraram. Referiu que já no ano transato tinha escrito um artigo no Jornal sobre esta matéria. Indicou que tem acompanhado minimamente a situação e chegou à conclusão que o Senhor Presidente da Câmara, que é quem chefia a Proteção Civil, *“dá um bocado de barato a situação dos incêndios”*, dando conta que não é bem com a Câmara a responsabilidade da prevenção dos incêndios. -----

Afirmou que queria frontalmente confrontar o Senhor Presidente da Câmara com a situação, uma vez que o Senhor Presidente da Câmara é igualmente o Presidente da Proteção Civil e como tal, se efetivamente ocorrerem incêndios que ponham em risco as populações, nomeadamente as habitações em Manteigas, Sameiro, ou Vale de Amoreira, a responsabilidade cabe ao Presidente da Proteção Civil, que efetivamente não convoca a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Mencionou que do que tinha conhecimento, esta Comissão apenas reuniu uma vez entre o ano passado e o ano em curso, para apreciar o incêndio que deflagrou no ano transato.-----

Fez alusão que o Plano de Atividades desta Comissão Municipal tem por obrigação promover a segunda fase do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, ora se a Comissão não reúne, se há um Plano que é apenas tecnocrático, que é feito por um técnico e que é distribuído aos Sapadores, considerou que é fundamental que o Presidente da Proteção Civil tome as medidas necessárias para que o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios prossiga, porque nada foi feito em relação a esse Plano. Alertou que caso ocorra uma situação de perigo para a população, que felizmente este ano não aconteceu, mas que pode ocorrer a qualquer momento, de facto há um responsável, tendo chamado à atenção do Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Câmara para esse facto, sendo que na sua opinião também não é a Câmara que vai ter competência para o efeito, contudo é a Câmara e a Proteção Civil que têm de definir e que têm que exigir da parte das entidades, que têm competência para o fazer, que esse Plano Municipal vá por diante. Explanou que segundo o que sabia esse Plano não está a ser executado, nomeadamente as chamadas Redes Secundárias não estão a ser feitas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara interveio para dizer que ia responder a esta última questão suscitada pelo Senhor Presidente da Mesa, contudo este último podia ter solicitado este esclarecido previamente, antes de ir para o Jornal fazer afirmações como fez e que no seu ponto de vista denotam ignorância total relativamente à matéria. Explanou que a Câmara tem a incumbência de fazer a Rede Primária, esta foi feita e constituída com todos os integrantes da Rede que integram a Comissão de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Informou que foi uma parte orientada pelo Gabinete Técnico Florestal da Câmara Municipal. Recordou que já no ano transato, quando o fogo veio de Gouveia para o concelho de Manteigas, assim como no ano corrente quando o fogo chegou ao alto de Sameiro, foi a Rede Primária que fez exatamente a primeira fase de ataque ao incêndio.-----

Declarou que os Bombeiros nos fogos florestais têm a importância e as funções que têm, com os riscos que correm, contudo sozinhos, mesmo que fosse em dobro do número de Bombeiros que esteve no terreno, mas sem os meios auxiliares, designadamente os meios aéreos, não podiam combater este incêndio, porque o concelho de Manteigas tem uma área florestal altamente densificada, com árvores resinosas, sem quaisquer zonas de contenção e aí muito dificilmente os Bombeiros conseguirem entrar. Referiu que na data em que ocorreu o incêndio de Sameiro, felizmente, encontrava-se nesta zona o Senhor Secretário de Estado, com quem tinha estado e como se tratava do único grande incêndio ativo em Portugal, ele disponibilizou junto do Comando Operacional Distrital de Operações de Socorro (CODIS), os meios aéreos que fossem necessários.-----

Afirmou que efetivamente o Senhor Presidente da Câmara é igualmente Presidente da Proteção Civil e Presidente da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que cabe ao Senhor Presidente da Câmara convocar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e segundo o que lhe foi dado a conhecer, por elementos que integram essa Comissão, apenas convocou a mesma uma única vez no ano.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que atualmente existem outros meios de comunicação, que permitem a realização de reuniões sem que as pessoas tenham que estar presencialmente ou terem que fazer uma deslocação. Informou que no presente ano remeteu um *e-mail* a todos os elementos desta Comissão, onde os mesmos eram questionados se tinham algo a acrescentar ao Plano, como nada foi acrescentado manteve-se o mesmo Plano, as mesmas circunstâncias e as mesmas intervenções. Portanto a reunião aconteceu embora de maneira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

informal. Prosseguiu dizendo que Manteigas fez a primeira Rede Primária do Distrito, a Rede Secundária que é a segunda fase, trata-se da fase tecnológica e foi apresentada em primeiro lugar por Manteigas, sendo que foram os primeiros a realizar a Rede Primária, antes de ninguém e no seu mandato.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aconselhou que fosse usada a vídeo conferência, porque era capaz de ser melhor para suscitar mais intervenções. Ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Senhor Presidente da Mesa nada conhecia sobre videovigilância. Disse que atualmente o Senhor Presidente da Câmara encontrava-se a tratar da videovigilância para quinze concelhos do Distrito. Está a ser feita uma candidatura através da Associação de Municípios da Cova da Beira, para fazer a videovigilância, o concurso ainda não está aberto, quem está a preparar a candidatura é ele próprio, enquanto Presidente dessa Associação. Informou que já foi efetuado o levantamento de todos os pontos onde deve ser instalada a videovigilância, contudo a guerra que agora existe é a aquela que o Governo não sabe como dirimir entre a Guarda Nacional Republicana e a Proteção Civil, que não se sabe quem deve ficar com a vigilância e quem é que deve ficar com a Autoridade.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua explanação referindo que o Senhor Presidente da Câmara entendeu mal ou foi ele que não se exprimiu bem, pois não se referiu a videovigilância, mas antes a vídeo conferência, mas a verdade é que chegou toda a época dos incêndios e nada foi feito.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra para alertar que o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Presidente da Assembleia estavam há cerca de uma hora e dez minutos a discutir entre si, num diálogo, questionou se isto é que era uma Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não tinha mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos deu-o como encerrado.-----

-----Período da Ordem do Dia-----

-----PONTO 3.1-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA AUTORIZAÇÃO RELATIVA À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (DECRETO-LEI N.º 29/2011 DE 28 DE FEVEREIRO) -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições do Senhores Deputados que desejassem intervir sobre este assunto. Verificando a intensão do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra indicou que pretendia fazer umas perguntas sobre esta temática. Aludiu que a apresentação desta matéria foi ótima, o Estudo Técnico Económico na sua opinião está muito bem feito. Constatou que se vão gastar quase três milhões de euros (3.000.000,00€), justificando-os porque se vai permitir uma diminuição de 80%



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nos vários setores da iluminação pública, o que considerou ser ótimo, só que há que cumprir o retorno de doze anos. Questionou qual é o valor que se gasta efetivamente em energia no concelho, quer nos edifícios públicos quer na iluminação pública.-----

Indicou que de uma forma indireta conseguiu chegar a esse valor, porque o documento que foi remetido para os membros da Assembleia, refere que o consumo do Sistema de Iluminação Pública é aproximadamente 70% do total, ou seja, cerca de cento e cinquenta e sete mil euros (157.000,00€) em cada ano, só de iluminação pública. São duzentos e vinte e quatro mil euros (224.000,00€) no total de energia. Contudo, não existem informações dos restantes custos, tendo considerado que era importante terem esse conhecimento dos valores reais, anuais do custo total, para perceber se se justifica este investimento de três milhões de euros (3.000.000,00€). Aludiu que sem esses dados não conseguia emitir qualquer opinião sobre a matéria.-----

Sugeriu que fosse utilizada a chamada luz LED quente, explicou que a cor mais clara dá uma sensação de luz fria, enquanto que a outra emite uma luz mais quente, sendo que em regiões de montanha a luz fria, especialmente no inverno, dá um ambiente um bocadinho agreste e nada convidativo. Por esse motivo sugeria que caso este projeto fosse avante, que seja utilizada a chamada luz quente, uma vez que tanto o valor como a tecnologia são os mesmos e ia permitir conferir um ambiente muito mais confortável, quer aos edifícios públicos, quer à iluminação pública.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes. Agradeceu a excelente receção feita pelo Senhor Presidente da Junta de Vale de Amoreira, assim como da sua população, que acolhe sempre muito bem esta reunião da Assembleia Municipal.-----

Referiu que tendo em conta que o investimento inicial, que neste momento a Câmara vai fazer, é zero, a empresa de serviços energéticos que vai fazer esta montagem, terá que suportar oitocentos mil euros (800.000,00€) em números redondos, por sua vez durante um período de doze anos esta empresa vai também receber a parte que lhe cabe e vai ser reembolsada, vai fazer parte da poupança e vai receber um milhão e quatrocentos e seis mil euros (1.406.000,00€). O que significa que no período de doze anos esta empresa, que investe oitocentos mil euros (800.000,00€), vai ter um lucro de seiscentos e seis mil (606.000,00€), isto representa um lucro anual, ou uma taxa de rentabilidade anual relativamente ao investimento inicial de 6,32%.-----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara através da pessoa do Senhor Presidente da Mesa, se era possível a Câmara fazer este trabalho por Administração Direta, e caso possa substituir as luminárias todas de uma só vez seria ótimo, mas se não puder vai fazendo-o de forma faseada ao longo do tempo, sendo que estes seiscentos e seis mil euros (606.000,00€), que revertem a favor da empresa, reverteriam e ficavam no lucro direto e total da Câmara Municipal. No que concerne à instalação de luminárias de luz quente, discordou da opinião do Senhor Deputado José Novo de Matos e solicitou que fossem instaladas lâmpadas de luz fria, porque a luz fria tem um brilho muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

mais intenso do que a chamada luz quente. Explicou que precisamente por a luz fria ser mais intensa, permite que sejam instaladas menos luminárias, porque o brilho é muito maior, o que origina um rendimento muito superior.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra referiu que se bem entendeu a proposta apresentada, os custos anuais da Câmara Municipal em eletricidade andarão à ordem dos cento e cinquenta e sete mil euros (157.000,00€), para iluminação pública. Indicou que tal como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro tinha referido na sua explanação, a empresa de serviços energéticos que concorrer e vencer este concurso terá custos orçados em oitocentos mil e quarenta e cinco euros (800.045,00€), em retorno terá o valor de um milhão e quatrocentos e seis mil euros (1.406.000,00€) em doze anos.-----

Recordou que estamos em fim de mandato, as eleições serão dentro de um ano e possivelmente dentro de um ano já nenhum dos elementos, que estão presentes nesta sessão terão as funções que têm neste momento. Alertou que doze anos são três mandatos, neste momento não faziam ideia de quem são os candidatos, quais são as ideias que vão trazer, sendo que pela parte que lhe toca, não tinha qualquer intenção de assumir compromissos para os outros cumprirem. Desconhecia se quem estará no órgão executivo e no órgão deliberativo daqui por quinze anos, quais serão as alterações que haverá em termos de tecnologia. Explicou que há doze anos atrás ninguém falava de LED's, hoje em dia o LED é uma tecnologia corrente, nada garante que daqui por dez anos não seja uma tecnologia completamente ultrapassada.-----

Alertou que com isto se estava a fazer demasiados projetos para o futuro, com retornos que são tão fortes quanto oitocentos euros (800,00€) mensais, sendo este o valor que a Câmara Municipal de Manteigas irá poupar mensalmente com este projeto, o que considerou que não fosse um valor que tenha qualquer impacto nas contas de qualquer Município, até de um Município pequeno como Manteigas, o que lhe suscita muitas questões. Indicou que entendia que este processo está englobado num projeto maior, mas que neste momento não se consegue realizar, que era a requalificação de todo o Município em termos não só de iluminação pública, como dos edifícios públicos e esse sim, na sua opinião teria algum interesse, assim como podia ter alguma poupança embora fosse mais psicológica e em termos afetivos, porque podia lançar Manteigas para o topo do desenvolvimento e sermos conhecidos pelo concelho que conseguiu ter uma taxa de carbono zero ou perto de zero.-----

Aludiu que não conseguia perceber a vantagem real deste projeto em termos de custos, porque de facto substituir duas mil trezentas e duas lâmpadas não tem nada a ver com oitocentos mil euros, nem com novecentos mil euros, estavam a falar de um vigésimo desse valor em termos de ganho. Substituir as lâmpadas e substituir tudo o resto não será muito diferente e tratavam-se de custos perfeitamente desproporcionais. Declarou que tinha toda a dificuldade em votar a favor desta proposta, fazendo votos que o Senhor Presidente da Câmara tenha algo de interessante para explicar sobre esta matéria, que o demova dessa intenção.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra concordou com a explanação do Senhor Deputado Nuno Soares, contudo disse que ia fundamentar a sua opinião sobre esta matéria de uma outra forma. Indicou que não entendia o motivo da proposta da Câmara não justificar a opção por este tipo de Contrato de Gestão de Eficiência Energética. Disse que na proposta da Câmara não há qualquer justificação para optar por este tipo de contrato, até porque há pelo menos mais três Fundos de Eficiência Energética, Fundos Comunitários aos quais a Câmara poderia recorrer. Aludiu que podia ser invocado que a Câmara não tem meios para suportar a componente nacional, admitia que assim pudesse ser e que apenas possa executar este projeto através de um contrato destes, que não tem qualquer empenhamento financeiro, uma vez que isto é feito através de uma empresa de serviços elétricos.-----

Mencionou que ainda assim, não conseguia ver neste estudo económico e mesmo a parte técnica omite quem é que vai suportar os encargos de manutenção da nova rede, sendo que a manutenção não será com certeza de custo zero. Alertou que a proposta da Câmara faz referência à Portaria 60/2013, que já foi revogada, é do Ministério da Agricultura, o que certamente será um lapso. Contudo, não foi possível consultar qual era a Portaria que regula esta matéria, mas o próprio Decreto-lei fixa os passos que devem ser dados até à contratação deste empréstimo e nomeadamente refere que apenas as empresas de serviços elétricos, que estejam devidamente qualificadas junto da Direção Geral do Serviço Elétrico e Energia, podem formular propostas neste concurso, tendo de ser mais do que uma empresa a concorrer, para que efetivamente se possa avaliar a melhor solução.-----

No seu ponto de vista, a Assembleia deveria apreciar este assunto após apresentação das propostas iniciais, que as tais empresas de Serviços Elétricos fizerem chegar na fase do concurso, sendo que aí já estarão em melhores condições de aferir se este projeto deve ou não vingar. No entanto e até manifestando o espírito cooperativo que a oposição tem mantido neste Assembleia, disse que consideravam que não deviam atrasar mais a questão da iluminação elétrica LED e por isso a Bancada Parlamentar do PS não ia votar contra esta proposta. Consideravam que a mesma não está devidamente fundamentada, assim como este documento não podia servir de suporte à decisão, mas privilegiam que seja instalado o quanto antes a iluminação LED.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para prestar esclarecimentos relativamente às dúvidas apresentadas sobre esta temática. Referiu que o Município tem um contrato com a EDP que acaba em dois mil vinte ou em dois mil e vinte e um, em que há fornecimento de energia, como era de conhecimento até há bem pouco tempo atrás não havia liberalização relativamente ao fornecimento de energia, tendo já proposto a esta Câmara a abertura de um novo concurso para liberalizar o fornecimento de energia. Explicou que tinham também com a EDP um contrato para manutenção e gestão da rede, bem como o prolongamento da rede, sendo que as infraestruturas da rede elétrica do concelho de Manteigas foi entregue por contrato há cerca de quarenta anos ou mais à EDP. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Explanou que a EDP ia fazer a rede, mantê-la, prolongá-la, pagando a infraestrutura uma renda e liquidando o Município uma parte que é a energia consumida, bem como as luminárias, a extensão de rede, através de contrato que existe. Posteriormente veio uma primeira legislação que já tem cinco anos, que permitia abrir ao mercado liberalizado, sendo que em dois mil e dezasseis Manteigas juntamente com Seia e Celorico, vão aderir os três em conjunto a cooperar internacionalmente para o abastecimento e fornecimento de energia e naturalmente estavam a pensar que assim libertariam já uma boa maquia financeira. Explicou que continuavam a depender da EDP para fazer a manutenção e substituição das luminárias, e como tal continuam pagar a essa empresa de acordo com o contrato que existe.-----

Elucidou que o Estado decidiu criar quarenta e nove empresas devidamente certificadas, para concorrerem à eficiência energética e serem selecionadas como Empresas de Serviços Energéticos, por meio de um concurso nacional. Atualmente existem quarenta e nove empresas no nosso país, pelas quais e segundo as quais se fez o Decreto-lei e a Portaria que refere que estas Empresas podem ir ao mercado, substituindo-se ao Gestores do Processo de Energia, têm que ter um retorno mínimo de 80% relativamente ao investimento. Prossegui dizendo que isto era bom, porque é uma espécie de parceria público-privado, contudo o que é facto é estas empresas têm que fazer sempre mais barato do que a EDP.-----

Aludiu que foi referido nesta sessão que há três Fundos a que a Câmara podia concorrer nesta matéria, o que afirmou não ser verdade. Explicou que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela fez um Pacto, em que todas as Câmaras que tenham piscinas aquecidas podem ir a esse Pacto. As Câmaras que não tiverem piscinas podem ir à iluminação pública, tendo previsto uma verba de trezentos e cinquenta mil euros (350.000,00€), para cada uma, contudo há a condição de terem que devolver o dinheiro. Explanou que o que estava a pedir à Assembleia Municipal é autorização para fazer um concurso, que tem carácter plurianual em termos de financiamento, sendo certo que será pelo menos mais barato do que era feito pela EDP. Mais, vamos poupar 80% de CO2 e relativamente ao consumo e à emissão de CO2.-----

Indicou que por outro lado o Município vai deixar de pagar à EDP pela instalação das luminárias, porque entretanto a EDP fez um acordo com a Associação de Municípios, em que a partir de agora tudo o que seja substituição de luminárias, por envelhecimento, será feita por LED. Referiu que atendendo que cada LED custa entre cento e cinquenta euros e duzentos euros, a verba de trezentos e cinquenta mil euros (350.000,00€) não chega sequer para fazer a substituição de todas as luminárias de Manteigas, o mesmo acontece com os outros Municípios da Comunidade Intermunicipal. Referiu a título de exemplo que a Covilhã ou Fundão com esse montante fará apenas metade de uma Avenida, sendo que por esse motivo todos os Municípios irão recusar esta verba para iluminação pública.-----

O Senhor Presidente da Câmara disse que era necessário ter em linha de conta que mesmo que a Câmara adquirisse as luminárias, quem é que depois fazia a manutenção deste processo?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quem é que as substitui se eventualmente as luminárias se fundem? Quem é que vem fazer esse serviço? O Município tinha que criar todo um equipamento para esse efeito, porque não tem uma carrinha específica só para fazer a substituição de luminárias. Sendo que se fosse desta forma, então o processo mantinha-se com a EDP e esta vai substituir as luminárias daqui por vinte anos, se as substituir e continuamos a pagar o que estamos a pagar atualmente.-----

Reiterou que a Câmara está a propor que efetivamente uma empresa seja contratada e durante os doze anos tem de ter uma retribuição, que está contemplada e é exigível, exatamente porque tem uma data de obrigações, entre elas manter os seguros e o acompanhamento necessário para no caso concreto de Manteigas fazer as duas mil e quatrocentas luminárias, fazer a substituição das que se vão fundindo. Aludiu que Manteigas será porventura o primeiro Município de Portugal com todo o sistema em poupança de CO2, o que é benéfico para o ambiente. Referiu que esta Assembleia se estava a esquecer que neste processo está incluído o Wi-Fi, que não existe nem em Vale de Amoreira, nem em Sameiro. Alertou que sem isto, quando se quiser começar a medir a eletricidade e a abrir os contadores de água, caso se pretenda fazer com contagem de passagem, não há sistema para o efeito e isso está contemplado neste processo.-----

Indicou que a questão que pretendia demonstrar é que as empresas que virão a este concurso estão pré-selecionadas, o que a Câmara pede à Assembleia é autorização para abrir um concurso para gastar menos, sendo que a condição base desse concurso é que no mínimo o Município poupe 10% em termos de custo e faça a poupança em termos de quilowatts/hora. Invocou que o órgão executivo não anda descuidado e sabe que a emissão quer dos nossos contadores de água, quer dos contadores de eletricidade não-de ser feitos através de uma nova rede, o Sistema "Smart Grids", que também está aqui incluído neste processo. Explicou que pretendem gerir os fluxos das luminárias, querem ter essa autonomia de gerir se o fluxo numa determinada rua tem que aumentar ou diminuir. Referiu que se por acaso das quarenta e nove concorrentes pré-qualificados, se nenhuma empresa der este resultado o concurso não vai para a frente, portanto até para nisso a Câmara tem autonomia de decidir.-----

No que concerne às luminárias propriamente ditas, elucidou que o Município já teve LED's que há três anos atrás custavam quinhentos euros (500,00€), atualmente já há LED's de altíssima qualidade a cento e cinquenta euros (150,00€), sendo que existem três tipos de iluminação LED's de cor branca, que dá essa sensação de luz fria, a semibranca e a amarela que transmite a sensação de luz quente, naturalmente será a adequada. O Município com este processo fica com a gestão do fluxo, não fica é com a gestão de todo o equipamento. Posteriormente o equipamento é-nos devolvido e passamos a ter a garantia que não temos 10%, vamos ter 100% do resultado financeiro final.-----

No seguimento de uma das questões que foi levantada, referiu que o Município fez um Plano, uma candidatura com a Associação de Municípios da Cova da Beira, sendo que no edifício da Câmara Municipal já foram substituídas todas as lâmpadas por LED, no que diz respeito ao exterior, tal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

como já tinha sido mencionado a Câmara necessitava de três milhões de euros para fazer esse processo, mas como não tem dinheiro e até que venham candidaturas, que ainda não existem, mesmo o PARU que está para iniciar, está tanto adiantado como atrasado e quando vier é para substituir janelas, portas, telhados e outras circunstâncias que temos bastante degradadas. Explicou que neste caso concreto, como o Município não tem dinheiro disponível optou por um Plano que não nos custa dinheiro nenhum e dá retorno ambiental, dá retorno de dinheiro, não nos cria problemas, mantém a gestão.-----

Explanou que este concurso já está a acontecer em outras zonas do país, sendo que o pedido de autorização de abertura desse concurso vem à Assembleia, porque impõe uma despesa plurianual, de doze anos para o Município, contudo não aumenta o orçamento, baixa o custo e efetivamente traz todas as vantagens em termos ambientais, em termos de quilowatts, em termos de expurgação do CO2 e em termos de não trazer qualquer encargo para a Câmara.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que o Senhor Presidente da Câmara fala com muito entusiasmo sobre esta matéria e esquece aquilo que está escrito no Plano de Racionalização, que na página dezasseis refere: *“Assim, passam-se a identificar algumas oportunidades de financiamento que deverão ser consideradas pela Câmara Municipal: Portugal 2020; Fundo de Eficiência Energética Nacional (FEE); Plano Promoção de Eficiência no Consumo (PPEC); Fundo Europeu de Eficiência Energética.* Frisou que efetivamente havia Fundos disponíveis para este efeito e estão referidos neste Plano de Racionalização Energética. Tendo o Senhor Presidente da Câmara esclarecido que isso são futuras possibilidades, mas todas elas vão encaminhar para acesso ao POSEUR - Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, que é exatamente para as vilas que foram direcionadas para aproveitar esses Fundos.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro solicitou a palavra disse que concordava com o Senhor Presidente da Câmara quando disse que a Câmara vai poupar, é um facto e contra factos não há argumentos, contudo aquilo que pretendia dizer é se a Câmara com este negócio não poderia poupar ainda mais, fazendo obra por Administração Direta. Aludiu que dizia isto por uma razão muito simples, a título de exemplo referiu que se uma luminária custa duzentos euros (200,00€), para adquirir duas mil e quatrocentas luminárias são necessários, em traços gerais, cerca de quatrocentos e oitenta mil euros (480.000,00€). Mencionou que acreditava que a Câmara não disponibilizasse desse montante para fazer esse investimento todo, mas poderá fazê-lo de forma faseada ao longo do tempo, isto também é um concurso plurianual.----- Invocou que quatrocentos e oitenta mil euros (480.000,00€) seria um investimento, contudo ainda é uma diferença bastante considerável em relação aos oitocentos mil euros (800.000,00€). Disse que era certo que a Câmara ao fazer este processo por Administração Direta teria que comprar a tal carrinha para poder mudar as luminárias, contudo dentro de doze anos vai ter que a comprar, porque quando terminar este prazo e quando reverter tudo a favor da Câmara Municipal, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

substituição das luminárias tem que ser feita pela própria Câmara. Nessa altura ou compra essa carrinha, ou então faz uma concessão a uma empresa. Reiterou que segundo o exemplo que tinha dado, embora fosse certo que a Câmara vai ganhar dinheiro com este projeto, mas na sua opinião podia ganhar ainda mais e a poupança que teria, os 10% que a Câmara vai encaixar, encaixaria toda a poupança daí resultante.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares aludiu que a sua intervenção ia no seguimento de uma afirmação do Senhor Presidente da Câmara, de facto na proposta que é apresentada, aprovada pelo Órgão Executivo, é referido que há uma rede de Wi-Fi, no entanto ao ler-se o Estudo Técnico Económico, na página dois, no segundo parágrafo, o que é proposto é o que em seguida se transcreve: *“a substituição de duas mil trezentas e duas luminárias existentes, considerando todos os equipamentos instalados que estão ativos, por iluminação de LED com sistema de gestão, no concelho de Manteigas, com uma redução de consumo previsível de 80%, de acordo com as tabelas seguintes, representando o “payback” simples de sete anos.”* -----

Prossegui dizendo que vêm ainda referidas neste Estudo as Luminárias, o Sistema de Telegestão, o Sistema de *Smart Grids* e mão-de-obra. Sendo que o Sistema de Telegestão nem sequer inclui a qualidade das luminárias. Indicou que os mapas demonstrativos, apenas incluem a rede subterrânea que é a da vila, logo a telegestão é apenas para a vila e não para o Município total.---
Explanou que o que está referido neste Estudo é que o Sistema de Telegestão é para mil seiscentas e cinquenta e três luminárias, sendo que a proposta de substituição são de duas mil trezentas e duas luminárias, logo há aqui cerca de seiscentas luminárias, que é considerada a iluminação alta e que vem explanado num outro quadro do Estudo Técnico, onde é feita a separação da parte da rede integrada, rede subterrânea, que é a parte da vila e a parte rural que é Sameiro e a zona periférica de Manteigas. Face ao exposto, podia concluir que o Sistema de Telegestão que está aqui proposto é apenas para a parte da vila, sendo que não percebia neste Estudo onde é que estava encaixado o Wi-Fi.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que a telegestão trata-se de reduzir fluxo em um PT ou mais, sendo que podia pôr a telegestão em todo o concelho, contudo no meio rural a iluminação será homogénea e mais baixa, como é óbvio, sendo que na zona urbana não será homogénea e terá outros níveis.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares constatou que tal como tinha depreendido a telegestão será somente para a vila. Questionou onde é que está o sistema de Wi-Fi neste processo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a telegestão será nessas luminárias que estão referidas no Estudo. No que concerne ao Wi-Fi aludiu que não tem nada a ver com a telegestão, está prevista uma verba de sessenta mil euros (60.000,00€) e que só para Manteigas custa esse valor e não tem incluído nem Vale de Amoreira nem Sameiro, sendo que iam incluir estas duas freguesias nesse concurso, porque caso contrário nunca seria resolvida essa questão do Wi-Fi para essas duas freguesias.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre esta matéria, deu como encerrada a discussão e colocou o **pedido de autorização relativa à Celebração do Contrato do Sistema de Iluminação Pública** à votação tendo sido aprovada com um voto contra, cinco votos a favor, e dez abstenções.-----

O Senhor Presidente da Mesa informou que foi presente à Mesa da Assembleia uma declaração de voto que em seguida se transcreve:-----

Declaração de voto

À Apreciação, Discussão e Votação da Proposta de Celebração do Contrato do Sistema de Iluminação Pública

A proposta que a Câmara Municipal submeteu não justifica minimamente a opção pelo Contrato de Eficiência Energética com base no Decreto-Lei 29/201, quando se colocavam diversas outras alternativas de financiamento, nomeadamente os vários Fundos Europeus de Eficiência Energética a que a Câmara poderia recorrer, sem partilhar os benefícios com um terceiro. O Plano de Racionalização de Energia e o Estudo Técnico Económico merecem-nos sérias reservas para suporte a uma decisão, a qual só deveria ser tomada após a análise das propostas iniciais das várias Empresas de Serviços Energéticos (ESE) qualificadas e registadas na Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), propostas essas previstas no referido decreto, de cuja análise melhor se poderia aferir do interesse do município num tal contrato a tão longo prazo.

Os subscritores abaixo assinados consideram que não devem sancionar uma decisão que venha a revelar-se muito pouco interessante do ponto de vista económico-financeiro. Privilegiam no entanto não atrasar o lançamento de um concurso público internacional de onde possam surgir propostas que possam melhorar a eficiência energética da iluminação pública do município de Manteigas e por isso decidem abster-se.

Paços do Concelho de Manteigas, aos 23 de setembro de 2016

Os Subscritores

António Manuel de Lemos Santos

Fernanda Isento Pereira

António Miguel Aldeia Carvalho

Alfredo Serra Carvalho Marcelo

Daniel António Quaresma Costa

Joaquim Neves Biscaia

Paulo Manuel Santos Costa

Carlos Manuel Figueiredo Viegas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

PONTO 3.2

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE TRANSMISSÃO ONEROSA DAS PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO NA PARKURBIS – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA

COVILHÃ, S.A., E.M.

O Senhor Deputado José Novo de Matos referiu que não teve acesso a algum documento que sustente este ponto.

O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que esse documento foi remetido no primeiro e-mail enviado aos Senhores Deputados, juntamente com a Convocatória desta sessão. Informou que a justificação são cinco mil euros (5.000,00€) pela participação da Câmara Municipal. Referiu que a única questão que lhe suscitava dúvida, é se alguém estará interessado em comprar a participação do Município de Manteigas na *Parkurbis*, mesmo pelo valor de cinco mil euros (5.000,00€).

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer esta proposta. Elucidou que estavam a falar de uma S.A., que tinha um conjunto de participantes, como a Câmara de Belmonte, a Câmara de Manteigas, entre outras Câmaras, a EDP e um conjunto de participantes. Sendo que a *Parkurbis* tem vivido essencialmente à custa do financiamento da Câmara da Covilhã, que aí tem vindo a fazer aditamentos de capital. Referiu que a determinada altura questionou se caso a Câmara da Covilhã não entrasse com mais verba como é que seria. Sendo o Município de Manteigas também é acionista na *Parkurbis* podia ser chamado também a participar relativamente a esta matéria.

Explicou que isto aconteceu quando esteve no Conselho da Administração da *Parkurbis*, tendo a determinada altura deparado com uma dívida elegível, a curtíssimo prazo, de trezentos mil euros (300.000,00€). Elucidou que o Município de Manteigas como Administrador podia ser chamado para fazer a prestação de verba, porque os Administradores são responsáveis para o efeito, por essa razão o Município de Manteigas vai oferecer à Sociedade a sua participação nesta entidade. Disse que tem que ser tomada uma atitude, nem que seja doar o nosso capital, não podiam era correr o risco de vir a ser chamados à participação relativamente a uma S.A.

Aludiu que a ideia de fazer parte da *Parkurbis* era boa, era tentar o aparecimento de empresas, de inovação e qualidade no nosso território, por isso é que a Câmara ao tempo terá aderido a esta entidade. Neste momento estamos a sair porque entendemos que não é útil para Manteigas, até porque temos o Ninho de Empresas. Referiu que estando a *Parkurbis* com dificuldades financeiras a ideia da Câmara é libertar-se de um ónus que tem criado, à semelhança do que aconteceu com a *WRC, Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, S.A.*, que também foi votada neste órgão deliberativo a saída do Município desta entidade. Questionou se alguém desejava intervir sobre esta matéria, verificado que não havia inscrições colocou a proposta de transmissão onerosa das participações do Município na *Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A., E.M.* à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Mesa - questionou se alguém desejava intervir sobre esta matéria, verificado que não havia inscrições colocou a **proposta de transmissão onerosa das participações do Município na Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A., E.M. à votação tendo sido aprovada por maioria com duas abstenções.**-----

Tendo o Senhor Presidente da Mesa questionado, os Senhores Deputados que se abstiveram na votação, se havia algum motivo para essa abstenção. O Senhor Deputado Nuno Soares respondeu que não estava devidamente esclarecido sobre este assunto.-----

-----PONTO 3.3-----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO
----- (ARTIGO 59.º N.º 6, LADA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO) -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, referiu que este Relatório Financeiro na sua opinião deve ser apreciado conjuntamente e sem uma dissociação possível com o Relatório apresentado pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), uma vez que considerou que uma leitura dos dois documentos é mais profícua, poderá dar um esclarecimento maior sobre a situação do Município. Nesse sentido aludiu que juntando a análise dos dois documentos pode-se verificar que existe algum desvio na execução do Plano, o que não tinha qualquer dificuldade em reconhecer que esses desvios seriam mais ou menos no princípio, dada a rigidez com que ele foi feito e depois sem a reformulação necessária, para o adaptar à situação que o Tribunal de Contas levantou e que conseqüentemente teve que ser alterado o Plano, para que o Tribunal de Contas visasse o processo. Assim sendo, e até pelos valores que estão em causa, não considerou que a situação esteja propriamente fora de controlo.-----

Explanou que o que o preocupava é a situação do IMI, porque é uma fonte de receita importante da Câmara e a situação criada pelo anterior executivo do Governo, quando alterou as isenções de nominais para automáticas, o que no seu entendimento tinha algumas lacunas relativamente graves, porque estão concedidas as isenções a pessoas, que no seu ponto de vista, nem sequer têm direito às mesmas, porque o sistema cruza automaticamente os rendimentos com os valores patrimoniais. A título de exemplo referiu o caso dos emigrantes que muitos deles apesar de estarem em França, na Alemanha, na Suíça, entre outros países, muitos continuam há dezenas de anos a ter cá os seus Bilhetes de Identidade, como residentes nacionais e depois têm lá uma outra residência com documento estrangeiro. A verdade é que nessa situação estes não declaram rendimentos em Portugal e por aí têm isenções patrimoniais, que provavelmente não teriam direito numa outra situação, em que houvesse cruzamento de informação com os rendimentos estrangeiros. A verdade é que as isenções estão a ser concedidas e a Câmara de Manteigas está ser prejudicada.-----

Aludiu que uma outra situação que considerava preocupante prendia-se com os fornecimentos, serviços externos e os custos de pessoal, que têm um aumento de noventa mil euros (90.000,00€) no semestre. Referiu que é de conhecimento que os custos com o pessoal derivam das alterações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

legislativas, da chamada reposição de rendimentos que este Governo implementou. Contudo, o fornecimento de serviços externos tem a ver com os contratos feitos pela Câmara, que estão com algum deslize e que pode ser importante, dado que juntando as duas partes estaremos a falar de um aumento de aproximadamente cento e oitenta e cinco mil euros (185.000,00€). Afirmou que a situação de desvio não é grave para o semestre, mas convém ter alguma preocupação e alguma contenção, nomeadamente em termos de fornecimentos de serviços externos, no que diz respeito ao segundo semestre para que esta situação não descambe.-----

Alertou que era necessário ter em linha de conta que pelas alterações legislativas, já referidas, não haverá forma de compensar a receita, nomeadamente em termos de IMI. Declarou que o parecer não é negativo, até porque este é o primeiro relatório, também não existe um histórico para poder ser feita comparação. Disse que deixava apenas o alerta, para que pelo menos nestas rúbricas haja algum cuidado, para pelo menos não terem algum aumento nominal e não se entrar numa situação que leve a algum incumprimento no futuro, embora não acreditava que tal acontecesse e certamente que o executivo tinha esta situação devidamente controlada.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa aludiu que partilhava da opinião do Senhor Deputado Nuno Soares. No seu ponto de vista os piores receios que tinha em relação àquele Plano de Saneamento Financeiro, é que o mesmo apenas foi elaborado para justificar junto do Tribunal de Contas e acreditava que assim tenha sido, porque foi elaborado de uma forma irrealista. Tendo o Senhor Deputado Nuno Soares intervindo para esclarecer que não tinha sido isso que referiu na sua explanação, esclareceu que o que tinha dito foi que o Plano inicial não foi adaptado à alteração dos valores.-----

O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu com a sua explanação, aludindo que efetivamente o Plano não foi adaptado. Indicou que se referia apenas ao Plano Inicial, que tinha sido discutido nesta mesma sala há dois anos atrás, que era totalmente irrealista. Indicou que na altura o Técnico Oficial de Contas (TOC), a mesma pessoa que agora elaborou este Relatório, tentou nessa época passar a ideia de que aquilo era um Plano realista, sendo que os piores receios que tinha tido em relação a esse Plano estavam explanados nesta primeira análise, que é feita no Relatório de Acompanhamento.-----

Recordou que havia medidas de maximização da receita e da diminuição da despesa, para dar suporte ao serviço da dívida que se ia contrair. Disse que aquilo que se verifica, é que os desvios da maximização da receita, em relação aquilo que era suposto ser o impacto previsto no orçamento, são 159% de desvio a menos da receita, daquilo que deveria haver. E na diminuição de despesa são 97%, ou seja, o Município está com uma situação global de 115% no total de desvio, para menos daquilo que deveríamos obter a mais na receita e diminuir na despesa. O que concluía que com esta situação não tardava a que o Município entrasse novamente em incumprimento.-----

Mencionou que o TOC procura uma justificação através das execuções, mas o que interessa é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quadro apresentado e os desvios em relação ao impacto que isto teve. Indicou que ao fazer-se a análise do documento, pode ler-se que o Município já tem um aumento da dívida de quatrocentos e noventa e seis mil euros (496.000,00€), portanto cerca de meio milhão de euros (500.000,00€). Explanou que com uma situação destas é evidente que vamos entrar naqueles índices que a Lei impõe, vamos entrar novamente em incumprimento, caso não sejam tomadas medidas urgentes. Recordou que em todas as sessões da Assembleia tem sido falado das medidas urgentes que é preciso tomar, porque de facto são trezentos mil euros (300.000,00€) por ano de puro desperdício em termos de saneamento. Indicou que relativamente às águas residuais pagamos o desvio em relação aquilo que recebemos, trata-se de duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) nos meses de inverno e mais dez ou quinze mil euros (15.000,00€) nos meses de verão.-----

Informou que os caudalímetros já foram montados e pelo que teve conhecimento há problemas sérios em Sameiro, mas que não tem nada a ver com os caudalímetros, tem a ver com a água das chuvas que entra na conduta de saneamento, o que leva a este desperdício de valores anuais pagos pela Câmara Municipal, que entretanto continuam à espera de um Plano, de um Projeto, de uma candidatura para meter as águas residuais a escoar para o Ribeiro, em vez de as meter para o saneamento. Reiterou que é urgente desencadear o processo, quer seja por Administração Direta, ou por concurso, porque caso contrário esta situação vai repetir-se e no próximo ano vamos entrar em incumprimento.-----

Explicou que o dinheiro do Empréstimo, no âmbito do Saneamento Financeiro, veio para o Município, trouxe benefícios em relação à situação de fornecedores, entre outros, mas perante este cenário o Município vai cair na mesma situação em que estava anteriormente, sendo que desconhecia se haverá outro Saneamento Financeiro, ou certamente será muito mais grave do que foi este. Deixou este alerta, de que era urgente desencadear imediatamente a resolução daquelas situações mais graves, em termos de intromissões de água no sistema, como acontece em Sameiro.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para intervir sobre esta matéria. Indicou que admitia que alguma Câmara pudesse entrar em incumprimento, contudo não seria certamente a Câmara de Manteigas, sendo que desconhecia onde é que o Senhor Presidente da Assembleia tinha aprendido a fazer contas.-----

No que concerne à intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, indicou que em relação às despesas de pessoal não há de facto aumento de despesa, o que aconteceu no primeiro semestre é que há o pagamento do subsídio de férias, situação que já não se vai verificar no segundo semestre. Informou que há um aumento de 4% nas despesas com o pessoal, que tem a ver com Planos Ocupacionais. Indicou que a receita corrente é muito maior que a despesa corrente. Fez alusão ao que tinha sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara, que vai ser utilizada a receita corrente em vez de utilizar a despesa de capital. A Câmara tem uma disponibilidade de fundos de um milhão e setecentos mil euros (1.700.000,00€), o que não se pode comparar com a situação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que acontecia em dois mil e treze, quando este executivo tomou posse, em que havia requisições de fevereiro que não estavam sequer satisfeitas no final do ano.-----

Fez referência ao Relatório, onde é explanado que há diminuição da dívida de 37% em relação àquilo que estava previsto no Saneamento Financeiro. Logo, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Assembleia tinha referido, a dívida está quase abatida, a Câmara neste momento não deve nada a ninguém, a única coisa que deve juros de mora que foram gerados pelos atrasos da aprovação do Saneamento Financeiro. Inclusivamente o prazo de pagamento a fornecedores é a dez a quinze dias, o que nunca tinha acontecido na Câmara de Manteigas, que chegou a ter prazos de pagamento de seiscentos dias. Afirmou que na sua opinião esta afirmação de incumprimento é das afirmações mais insensatas e mais absurdas que já tinha ouvido.-----

Explicou que era evidente, que podiam facilmente resolver o problema da receita aumentando as tarifas. Referiu que o Município tem um desequilíbrio na água e no saneamento e estão a tentar resolver essa situação, como era de conhecimento, uma vez que foi dito por diversas vezes nesta Assembleia, que há uma candidatura de cadastro da Associação de Municípios da Cova da Beira. Embora fosse evidente que este cadastro já devia ter sido feito há seis ou sete anos atrás, mas não foi, está agora em candidatura. Informou que as candidaturas foram feitas, estão à espera das aprovações, sendo que vão intervir independentemente das respetivas aprovações. Explanou que era evidente que vão ter uma redução significativa nos trezentos mil euros (300.000,00€), contudo daí até o Município entrar numa situação de incumprimento, afirmou que haveriam de cá estar muitos anos para verificar o absurdo dessa afirmação. Declarou que não entendia como era possível o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que andou quatro anos com uma Câmara falida e nunca falou em incumprimento, falar agora quando tem uma Câmara que paga a dez dias, que não deve nada a ninguém, que tem um milhão e setecentos mil euros (1.700.00,00€) a fundos disponíveis.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra disse que o Senhor Vice-Presidente da Câmara, contrariamente ao Senhor Presidente da Câmara, exalta-se com pouca elegância, tendo referido que não gostou da afirmação que ele tinha proferido. Explicou que quando referiu que a análise à execução orçamental está errada, é porque o ROC refere na sua Informação que no semestre há despesa corrente a mais e despesa de capital a menos, a receita está executada em 90%. -----

No que diz respeito aos desvios é o TOC que refere isso neste relatório e está explanado no Quadro, como todos tinham oportunidade de ver, sendo que no seu ponto de vista esse valor faz diferença no orçamento da Câmara Municipal e podia criar risco de incumprimento no futuro, o que não significava que esse risco fosse já em janeiro do próximo ano, mas podia vir a ser um incumprimento do Município no futuro. Levantou uma série de questões, tais como: se na maximização da receita não faz diferença, em relação ao impacto no orçamento, que o desvio do primeiro semestre seja na ordem de cinquenta e nove mil trezentos e trinta e seis euros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

(59.336,00€); na contenção da despesa também não faz diferença que o desvio seja de oitenta e quatro mil e quinhentos e oitenta e três euros (84.583,00€), o que dá no total cento e quarenta e três mil e novecentos e oitenta euros (143.980,00€), isto não faz diferença no orçamento?-----

Explanou que cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) no primeiro semestre, mais, eventualmente cento e cinquenta mil euros (150.000,00€) no segundo semestre, dá um resultado trezentos mil euros (300.000,00€). Se o Senhor Vice-Presidente não considerava que isto faz diferença e não corremos o risco de incumprimento no futuro, mantendo-se esta situação com o serviço da dívida que no passado o Município detinha. Afirmou que era de conhecimento que a Câmara anterior não estava falida, efetivamente teve outra opção, de não entrar por um empréstimo financeiro, por um Saneamento Financeiro, que corria estes riscos que atualmente está a correr e que este Relatório traduz bem. Concluiu, que se o Senhor Vice-Presidente da Câmara considerava que o Município não corre o risco de incumprimento com estes dados, então dava um certo conforto a todos, porque todos gostariam que de facto não houvesse incumprimento, contudo temia que efetivamente não fosse assim e que no futuro o Município tenha esse problema bastaste grave.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra, no que concerne a este Relatório indicou que não tendo grandes conhecimentos na área da economia, apenas se ia centrar no que nele estava escrito. Fez alusão à conclusão do Relatório onde é referido o que se passa a citar: *“Conforme demonstrado no presente relatório, o Município de Manteigas cumpriu com o objetivo definido no Plano de Saneamento Financeiro, nomeadamente no que concerne à obtenção de uma situação financeira equilibrada, em cumprimento dos limites legais previstos no n.º 1 do art.º 52 da Lei 73/2013, de 3 de setembro.”* Referiu que em seguida é dito que a gestão do IMI do segundo semestre pode vir a trazer problemas, eventualmente haverá um problema na arrecadação do IMI, tendo citado: *“regista-se a existência de desvios passíveis de serem maximizados no 2º semestre de 2016, nomeadamente por força do IMI e pela redução da faturação de saneamento em alta.”*-----

Explanou que da leitura do Relatório deduzia que a situação do Município não está assim tão mal, contudo achava curioso o comentário efetuado pelo Senhor Presidente da Mesa a este Relatório, porque sempre que via o telejornal, deparava-se com os líderes nacionais do PSD e do CDS, assim como do FMI e do Banco Europeu, a dizer que as medidas do atual Governo vão levar a que o País entre em incumprimento mais dia, menos dia, tendo sido exatamente isso o que Senhor Presidente da Mesa explanou na sua intervenção, relativamente à situação do Município, contudo ele não é do CDS nem do PSD. Concluiu, que desde que se esteja no partido da oposição é dito sempre o mesmo em relação ao partido que está no poder.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer o Senhor Deputado Nuno Soares, que para além das despesas com pessoal, também houve reversões de alguns vencimentos, por isso não há de facto aumento de despesas com o pessoal, até porque o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Município tem assistido à redução de funcionários. Invocou que a receita corrente tem uma execução de 56%, portanto está acima dos 50% e a despesa corrente é de 51%.-----

Tendo o Senhor Presidente da Mesa solicitado que fosse tido em conta o documento do ROC, porque esse é que era importante nesta matéria.-----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara dando continuidade à sua explanação referiu que o documento que estava em análise, neste ponto da ordem de trabalhos, era o Relatório de Acompanhamento do Saneamento Financeiro. Considerando que a execução anual da despesa é de 47% das previsões para o ano de dois mil e dezasseis, significa que o Município está a gastar menos do que está previsto no Plano de Saneamento Financeiro. Fez alusão que na página oito, do Relatório em apreciação, é referido: *"consta-se que a execução da despesa do 1º semestre de 2016 se contém dentro dos limites previstos no Plano de Saneamento Financeiro."*-----

Indicou que naquilo em que subscrevia as críticas do Senhor Presidente da Assembleia, são de facto as despesas de capital, contudo isso não tem nada a ver com incumprimento, sendo que reiterava que a Câmara Municipal de Manteigas, neste mandato, só vai fazer despesas de capital quando tiver garantias de financiamento de fundos comunitários, quando as candidaturas forem aprovadas, porque só com essa garantia é possível multiplicar por seis os fundos que têm andado a aprovar há dois anos e meio a esta parte e multiplicar por seis o pouco dinheiro que o Município possui.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que embora os números que estivessem certos eram os que o ROC referia na Informação prestada à Assembleia Municipal, mas que ainda assim se ia basear nos números referidos pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara. Nesse sentido explanou que a execução global da despesa corresponde a 47%, contudo era de assinalar que esta execução anual da despesa é de facto só despesa corrente, porque não há despesa de capital. Como tal, a despesa corrente não pode deixar de ser executada, porque trata-se de pagar aos funcionários, assim como a EDP, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo, aos fornecedores e por isso atinge 47%, segundo este Relatório. Reiterou que tem que se ter em atenção os desvios que se estão a verificar e é urgente tomar medidas, para que efetivamente os trezentos mil euros (300.000,00€) que se desperdiça por ano em água e saneamento tenha uma resolução.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra recordou que esse assunto já tem cerca de dez anos e dos últimos sete anos o Senhor Presidente da Mesa apenas se tinha referido aos últimos dois anos. Aludiu que o Estado entende que as Câmaras podem gastar até 85% das despesas correntes e uma Câmara que não tem meios próprios e não tem porque o Município nunca quis, tendo recordado o Senhor Presidente da Assembleia que ele enquanto empresário nunca quis que houvesse derrama em Manteigas, em contrapartida foi aprovada uma taxa de turismo para Lisboa e assim sucessivamente, o que lhes permite a execução de obras.-----

Aludiu que as despesas correntes são as que estão explanadas, exatamente porque o Município paga em nome dos Municípios a água e saneamento, que estes recebem a um valor mais baixo do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que realmente a Câmara paga na origem, sendo possível que um dia o IHRA venha dizer que a Câmara está em incumprimento e o Município tenha que recorrer ao chamado apoio social para a água, saneamento e resíduos. Frisou que a Câmara não tem dinheiro porque não produz, não pode cobrar um euro (1,00€) a cada visitante, ou dois (2,00€) ou três euros (3,00€) por cada dormida, antes pelo contrário, porque o que pretendem é que as pessoas venham dormir a Manteigas. Explanou que se todos estivessem num consenso determinado, nunca tinham permitido que a Câmara tivesse que ir ao Saneamento Financeiro, isto se tivesse sido pago tudo o que a Câmara recebia dos Municípios em termos de água, saneamento e resíduos.-----

Invocou que se tal tivesse acontecido, eventualmente, o Município não teria tido uma dívida de três milhões de euros (3.000.000,00€). Aludiu que era necessário ver-se a realidade de Manteigas. Na sua opinião era bom que o Senhor Presidente da Assembleia chamasse a atenção e alertasse o Órgão Executivo para ter cuidado, mas não desta forma, porque assim parecia que alguém queria o mal de Manteigas. Não era correto dizer-se que o Órgão Executivo não sabe gerir esta casa, porque ele nunca tinha dito isso de ninguém, em regra não falava mal de quem o antecedia.-----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não se pode pedir o que não se tem, o Município tem que se pautar pelo que tem, não é demonstrar pelas contas do Orçamento, da verba das despesas correntes, que obrigatoriamente é superior à outra, a menos que venham candidaturas, sendo que não era bom conselho pedirem para fazer despesas de capital sem ter candidaturas.---

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que não tinha sido nada disso que tinha referido na sua intervenção, quando intervinha era no sentido de estimular a capacidade do Órgão Executivo. A questão que tinha levantado na sua explanação prendia-se com a urgência de começar com a rede de separação das águas pluviais para o esgoto, porque são trezentos mil euros por ano (300.000,00€) que vão para o esgoto e que o Município tinha que pagar às Águas de Lisboa e Vale do Tejo. Verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre este Relatório, deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos.-----

-----PONTO 3.4-----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

-----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra neste ponto. Verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um e o ponto três dois**. Foram colocadas à votação **as deliberações mencionadas tendo sido aprovadas por unanimidade** e por tanto estas deliberações eram tomadas em minuta para produzirem efeitos imediatos.-----

-----PONTO 4.-----

-----APRECIAÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra referiu que tinha apenas duas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

breves questões para colocar. A primeira prendia-se com a Informação do Senhor Presidente, onde é referido que houve uma reunião com o Senhor Secretário de Estado Adjunto e do Ambiente e Presidente do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Águas e Saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, em cinco de julho do ano em curso. Disse que gostaria de saber quais os resultados dessa reunião, se tinha a ver com a negociação da saída da Covilhã do Sistema Multimunicipal e se aquela compensação que se tinha falado, que viria a ser dada aos restantes Municípios, se ainda se mantém e qual é a situação atual, se de facto podem ter alguma esperança em receber essa compensação ou não.-----

Aludiu que a segunda questão tinha a ver com um Fórum realizado, na semana anterior à data desta sessão, na Torre, promovido pela Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela (CIM BSE) sobre as acessibilidades à Serra, em período de inverno. Indicou que tinha conhecimento que o Senhor Presidente da Câmara esteve presente nesse evento, fez parte da Mesa, como tal solicitou que fosse feito um breve resumo do que foi aí debatido e o que é que se propõe para as acessibilidades à Serra, no inverno.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que relativamente ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, o último Ministro do Ambiente, que por acaso tinha sido do seu Partido, indicou que julgava que este tinha alguma qualidade em termos de garantias, em termos de palavra dada, contudo não aconteceu assim e não cumpriu com a palavra que tinha dado. Informou que faltava apenas este assinar, porque assinaram os Municípios e as Águas do Zêzere e Côa, mas o Senhor Ministro não assinou e disse que queria que ficasse registado o seu reparo relativamente a esta situação, que o Senhor Ministro do Ambiente, do último Governo do PSD, não respeitou o que tinha dito.-----

Informou que o atual Secretário de Estado, foi Presidente das Águas do Centro e das Águas do Zêzere e Côa, também de duas reuniões que tinha tido com ele sobre uma dívida da Associação de Municípios da Cova da Beira e em outra circunstância, também nunca respeitou o acordado. Aludiu que o Senhor Secretário de Estado tinha dito que gostava de pagar os dezanove milhões de euros (19.000.000.000,€), mas que primeiro tinha que conversar com os Municípios, para ver se estes não queriam entregar as baixas do Sistema. Portanto pediu que os Municípios se organizassem em ordem a que a empresa possa constituir-se, ou uma empresa paralela, complementar, para que o Sistema possa ficar unido e integrado, disse ainda que haverá as rendas habituais deste processo e quando os Municípios tivessem decidido sobre essa matéria e todos lhe tivessem comunicado a respetiva decisão, voltariam a falar neste assunto.-----

O Senhor Presidente da Câmara considerou que entre a posição do antigo Ministro, que na sua opinião foi indigna de ser qualificada, e esta de fazer pendurar dezanove milhões de euros (19.000.000.00€), não lhe parecia que fosse muita a diferença. Indicou que têm de dar uma resposta ao Senhor Secretário de Estado, quais são as infraestruturas e como é que equacionam vir a verificar a entrega da baixa de águas. Indicou que desconhecia se todas as Câmaras já



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tinham respondido.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se o Senhor Presidente das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que também tinha estado presente nessa reunião, se aceitou isso de bom grado. Ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Estudo é para ser feito pelas Águas de Portugal, a exploração pode ser igualmente pelas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, pelas Águas de Portugal ou por uma empresa que pode ser criada no âmbito das Águas de Portugal para o efeito. Será uma empresa pública, participada pelas Câmaras, a infraestrutura será da Câmara, há um custo unitário previsto que será depois cobrado às Câmaras Municipais, que posteriormente também terão que cobrar aos Municípios.-----

O Senhor Presidente da Mesa referiu que se não houver economia de escala voltamos à mesma, se não estiver agregada às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara indicou que no caso concreto de Manteigas é premente que as intromissões no emissário sejam descobertas, sendo que no seu ponto de vista as intromissões no saneamento vêm do Ribeiro de Sameiro, do Ribeiro da Vila e vêm de todos os ribeiros por onde atravessam os nossos emissários e como têm níveis freáticos abaixo das águas, quando estas sobem entram para o emissário. Explanou que trata-se de uma moléstia que é grave, mas para este processo intervinham as despesas a efetuar para corrigir a rede, intervinha o custo unitário para ser definido para todos, havia um pagamento de renda.-----

No que concerne à Serra da Estrela disse que sobre esta matéria era da opinião que a Serra da Estrela não é a Torre, a Serra da Estrela era uma fonte de atratilidade, será também ainda no inverno com a neve, embora seja cada vez menos, isto porque cada vez que ia à Serra no inverno, demorava quatro horas numa fila, quer vá pelo lado da Covilhã ou pelo lado de Manteigas. Portanto quem tem crianças, mantê-las dentro de um automóvel durante quatro horas para chegar à Torre, chegar lá e não ter estacionamento e vir embora, não considerava que esta fosse a solução.-----

Considerou que tem de haver meios alternativos para se ir à Torre e na sua opinião havia, designadamente com transporte específico, desconhecia se era mecânico ou não, mas tem de haver uma zona de plataforma, de sediação e a partir daí as pessoas são encaminhadas. Explicou que o que foi apontado nessa reunião é que havia duas ou três cabines de teletransporte, que efetivamente seriam para colocar uma base de encontro, as pessoas seriam levadas e seriam trazidas novamente até esta base. Informou que o que teve conhecimento, em conversa com os Ministros que tutelam o processo, é que já foram apresentadas três telecabines, que anda à ordem dos trinta e cinco milhões de euros (35.000.000,00€) de investimento. Neste seguimento, referiu que o que tinha dito foi que quando há neve não se passa e andamos a tirar a neve onde ela é indispensável. A neve é indispensável e estamos com toneladas de sal misturados nas nossas plantas, na nossa água do rio e efetivamente isso não é solução para a Serra da Estrela.-- Explanou que se há neve, não se pode passar não se passa, ficam em Manteigas que têm neve



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

logo junto ao cruzamento para o Poço do Inferno, se não a tirarem ela fica lá. Recordou que antigamente, nas grandes festas de verão da Vila ia-se buscar neve à Serra da Estrela, para fazer o arrefecimento das bebidas, porque não havia frigoríficos, nem gelo pré-fabricado.-----

Aludiu que junto à Torre está uma mini estância de Ski, que nunca carregará para lá uma décima parte dos sessenta mil esquiadores de Portugal, porque não é ali o local indicado para o efeito. Explanou que não quiseram fazer ali os tuneis e qualquer estrada que se abra na Serra da Estrela, a partir dos seiscentos metros tem neve, tem gelo, tem vento, tem nevoeiro e portanto não fazia sentido fazerem estradas a céu aberto, porque até pode ser mais rápida, mais larga, mas isso não tem importância quando a mesma está toda gelada, com nevoeiro ou com vento. Indicou que no seu ponto de vista era ótimo se os meios mecânicos, tecnicamente forem passíveis de serem utilizados e levarem as pessoas lá acima, quando for possível e sem perigo, sendo que estava a ser elaborado um Estudo para o efeito.-----

Explanou que a Serra da Estrela deixou de ser inverno, tal como se pode comprovar por todo este ano em Manteigas, em que tivemos sempre turismo e o mesmo multiplicou no que diz respeito à restauração e hotelaria. É de conhecimento que o turismo em Manteigas já não é só no inverno, há turistas na primavera, no verão e no outono, porque é um turismo da natureza, da aventura e que não tem nada a ver com o turismo da neve. Aludiu que pode ser invocado que vem muita gente à Serra para ver neve, mas caso não se possa ir à Torre e se há neve cá em baixo, então veem-na cá em baixo. Indicou que pode ser evocado que a Torre é um lugar longínquo e significativo, o que disse que não deixa de ser verdade, mas então nesse caso que seja bem tratada, que não haja lá "chinesices" à venda, assim como todo um conjunto de produtos que não são endógenos e não correspondem em nada à nossa realidade. Afirmou que nesse caso, então tratem de qualificar a Torre e arranje-se uma maneira de ela não ser mal baratada.-----

Deu conhecimento que o Senhor Artur Costa Pais ainda não entregou o complexo, apenas entregou a gestão dos hotéis, tendo este dito que tem investidores para fazer o teletransporte no valor trinta e cinco milhões de euros (35.000.000,00€). Referiu que conclusões propriamente ditas não houve.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que na sua opinião ninguém quer realmente uma solução séria, porque há muito tempo que há a possibilidade de fazer parar o trânsito na Lagoa Comprida, nos Piornos e depois haver carrinhas que levem lá acima os esquiadores. Que se abra a estrada para aquilo que é absolutamente necessário, para os transportes públicos, para os serviços técnicos e para as pessoas que aí trabalham. Na sua opinião, a situação que se vive atualmente é a pior para Manteigas, os carros vão lá para cima e não há movimento através de Manteigas. Explanou que se no futuro os carros ficarem nos Piornos, passa a haver muita gente a passar por Manteigas, porque quem vem da Guarda não tem que ir à Covilhã para subir às Penhas da Saúde e por isso podem deixar o carro em Manteigas.-----

Aludiu que no seu ponto de vista a solução relativamente a esses investimentos megalómanos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

com trinta e cinco milhões de euros (35.000.000,00€), é dizer sim depois de devidamente estudados e até lá Manteigas pode propor um sistema que impeça que os carros vão até lá cima e o concessionário da Torre há-de ter possibilidade de pôr ali duas ou três mini Vans, para levar os esquiadores e visitantes até às pistas. Essa na sua perspectiva será a solução de imediato.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra referiu que também esteve presente nesta reunião, sendo que apenas queria acrescentar duas coisas: foi colocada o interesse da empresa na construção no Maciço Central, se não estava em erro acima dos novecentos metros, porque de facto investiu, investe e qualquer dia tem as pistas fechadas por causa dessa situação. Aludiu que a Serra, sendo muito mais do que neve e sendo mais do que os meses de inverno, levou-os para outros assuntos e houve mesmo a confirmação de que houve maior afluência de turismo, com mais taxa de visitantes em outros meses do ano, do que propriamente nos meses de inverno.-----

Elucidou que o assunto fugiu um pouco ao tema principal e ele próprio tinha usado da palavra para abordar a situação do lixo que se verifica na Torre. Inclusivamente nesse mesmo dia havia contentores do lixo cheios, com lixo no chão. Indicou que tinha também falado que a Câmara Municipal de Manteigas apostou nos percursos pedonais, nas dezasseis rotas e paralelamente a essas rotas há outras rotas marcadas com várias cores, com vários sinais, sendo que a Serra da Estrela começa a ficar um pouco com aspeto de arraial, com muitas cores e deve haver uma entidade que fiscalize também esta situação. Mencionou que se querem estradas abertas para o turista chegar à Torre, o turista chega à Torre, vê a neve, caso não veja neve pode fazer caminhadas e depois depara-se com uma série de rotas marcadas de amarelo, azul, vermelho, com pedras, sem pedras, quando há sinalética própria para sinalizar as rotas. Afirmou que este cenário também não é um bom cartão-de-visita para quem nos visita.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara se o Inquérito de Avaliação da Satisfação dos Municípios já foi realizado, caso tenha sido perguntou se os resultados não são públicos. No que concerne ao Plano Estratégico de Manteigas, referiu que não conseguiu encontrar no Orçamento a verba que se destina a este Plano Estratégico. Referiu que também ainda não tinha entendido se estas ações da definição da identidade, antes do posicionamento Estratégico de Manteigas, se fazem parte ou não deste Plano Estratégico de Manteigas, dado que tanto quanto tinha percebido são entidades diferentes que estão a fazer as duas matérias, uma será uma empresa do Fundão, a outra disse julgar ser a que pertence ao Senhor Presidente da Câmara de Óbidos.-----

Solicitou esclarecimentos sobre esta matéria, assim como do valor que envolve este Plano Estratégico em termos financeiros.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que o Inquérito de Avaliação da Satisfação dos Municípios ainda não foi feito e será possivelmente realizado até ao final do ano. No que concerne ao Plano Estratégico de Manteigas, disse que já foi adjudicado mediante uma proposta,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que correu toda a tramitação normal, embora não tivesse presente neste momento o valor da adjudicação. Deu conhecimento que o Senhor invocado pelo Senhor Presidente da Assembleia, já não é Presidente da Câmara de Óbidos, foi, mas atualmente é consultor da CCDR, é um homem que tem todo o merecimento, mercede todos os nossos maiores encómios e está a trabalhar na primeira Comissão, trabalha exatamente na mesma empresa para que não apareça um trabalho desgarrado um do outro, as duas matérias vão ser conciliadas.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que verificou que havia uma geminação de Manteigas com Torre de'Passeri, uma terra italiana, questionou se ficava situada nos Apeninos e solicitou que fosse prestada informação sobre esta geminação.-----

Pediu ainda esclarecimentos sobre uma reunião que ocorreu com o Senhor Diretor dos *Hotéis Luna* e com a *Turistrela*, questionou se havia novidades relativamente a esta matéria.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que Torre de'Passeri é uma localidade italiana, situada entre Roma e o Mar Adriático, com quatro mil e quinhentos habitantes, é uma localidade de montanha, que convidou o Município de Manteigas para fazer parte de um grupo, para fazer candidaturas aos Fundos Comunitários, porque era preciso mais do que um país, várias zonas e comunidades da Europa. Explicou que foram convidados para fazerem uma primeira parte da candidatura, sendo que depois a ideia é que possa haver uma geminação, mas nunca sem antes falar com o Órgão Deliberativo Municipal.-----

No que diz respeito aos *Hotéis Luna*, explicou que o explorador dos novos Hotéis, que eram da *Turistrela* veio apresentar-se. No que concerne à *Turistrela* propriamente dita, vieram informar que têm um projeto avançado e do qual a Câmara já tem conhecimento em termos da arquitetura, do esboço, portanto virá um hotel da *Turistrela* para Manteigas, com os empresários também de alto gabarito de Portugal, designadamente do Algarve.-----

-----PONTO 5.-----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da ordem de trabalhos, verificando a intensão do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares indicou que tinha três questões para colocar, uma dirigida à Mesa da Assembleia e duas para o Órgão Executivo. Começando pela Mesa da Assembleia, referiu que gostaria de questionar o Senhor Presidente da Assembleia, passados que são três anos de início de mandato, na primeira sessão desta Assembleia, após a tomada de posse, foram eleitos vários representantes da Assembleia em diversos organismos, sendo que muitos deles até à data não deram sequer sinal de vida. Nesse sentido, solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia para que diligenciasse junto dos mesmos, para que na próxima Assembleia todos eles apresentem o que andaram a fazer durante estes três anos, visto que foram eleitos para representarem a Assembleia e prestarem contas do seu trabalho nessas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Comissões, por isso queriam ter *feedback*.-----

No que concerne ao Órgão Executivo, disse que a primeira questão que desejava colocar prendia-se com o Festival da Juventude, realizado no mês de agosto. Inquiriu se já estão contabilizados os custos totais, qual foi o retorno estimado e qual é o balanço que fazem dessa iniciativa. Disse que outra questão que pretendia abordar tinha a ver com o Plano Diretor Municipal (PDM), que também foi discutido e aprovado nesta sala. Recordou que já nessa altura tinha referido, que sentia muita dificuldade em votar o mesmo, porque achava-o limitado e a verdade é que ainda não terminou o mandato e já podia dizer que, infelizmente, as limitações que existem são muitas.-----

Aludiu que ia dar um caso concreto de um Município de Sameiro, que embora este não lhe tenha encomendado nenhum sermão, mas que tinha conhecimento da sua situação. Indicou que o Município em questão chama-se Bruno Miguel Duarte Ferreira, é carpinteiro, fez um projeto de criação do próprio emprego, que não foi contemplado porque o Regulamento Municipal não contempla a situação em que se encontrava e ficou prejudicado em relação a tantas outras criações de emprego, que têm sido contempladas em Manteigas. Apesar disso os serviços técnicos da Câmara tentaram colaborar, mas o processo não foi concluído, ele não recebeu qualquer incentivo, ainda assim criou emprego, investiu, está a trabalhar e na eminência de investir mais.-----

Explanou que este investidor precisa fazer um pavilhão para exercer a sua profissão e não consegue encontrar no perímetro urbano de Sameiro um espaço para implementar o pavilhão, porque os terrenos em Sameiro todos conhecem o que são, o espaço dentro da localidade é exíguo, não são propriedades adequadas para a instalação de um pavilhão com alguma dimensão, para ele poder exercer a sua atividade, portanto a alternativa seria nas zonas limítrofes, a questão é que as estas estão apertadas, não há espaço no PDM. A título de exemplo referiu que este Município tentou negociar um terreno situado por cima do cemitério, logo após as habitações que aí existem, acontece que o espaço imediatamente a seguir a essas habitações já não é urbanizável.-----

Explicou que face a esta situação o Senhor Bruno Ferreira dirigiu-se aos serviços técnicos da Câmara onde foram confrontadas as Cartas de PDM e percebeu que um terreno que até já teria apalavrado com o proprietário, que estaria na disposição de o vender, não pode ser nele instalado o pavilhão. Explanou que após duas vintenas de anos para rever o PDM, o concelho fica na mesma situação e com os mesmos problemas que tinha anteriormente. Aludiu que há poucos investidores e quando querem investir deparam-se com dificuldades de espaço para fazer a instalação do seu negócio. Referiu que não estava a culpar ninguém, mas a questão é que o rapaz quer investir e no seu ponto de vista a Câmara deveria de todas as formas possíveis ajudá-lo no seu investimento. Porque não são assim tantas as pessoas que querem investir em Manteigas, por isso devemos acarinha-las e ajudá-las dentro do possível. Nesse sentido, apelou ao Órgão Executivo para que tente encontrar uma solução para que o Senhor Bruno Ferreira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

possa fazer o seu investimento.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se não seria possível fazer a construção do pavilhão nos terrenos que estão adjuntos ao Campo de Futebol de Sameiro.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra explicou que o Regulamento de Apoio à Criação de Emprego foi proposta da Câmara Municipal e foi apresentada nesta Assembleia para deliberação, tendo o mesmo sido aprovado. Aludiu que o Regulamento tem condições específicas que levam à aprovação de umas candidaturas e outras não conseguem ser aprovadas porque não satisfazem os requisitos determinados no Regulamento. Até parecia que há aqui alguma atitude persecutória, o que não era o caso. Tendo o Senhor Deputado Nuno Soares explanado que não foi isso que tinha referido na sua intervenção.-----

O Senhor Presidente da Câmara deu seguimento à sua intervenção indicando que em Manteigas, Sameiro e Vale de Amoreira verifica-se, que dentro em breve, mais de 60% das habitações não têm qualquer utilização, o concelho tem muito espaço preenchido e as infraestruturas nas zonas marginais são muito complicadas. Infraestruturar um prédio fora da rede é muito complicado. Não queria dizer que não haja zonas de Unidades Operativas para a Gestão do Território (UOPG), que é exatamente o caso da zona envolvente ao Campo de Futebol de Sameiro, em que foi aí prevista a zona de futura localização empresarial, contudo isso leva a que haja uma Unidade que seja estabelecida, que se encete contatos com os empresários, que se faça um loteamento, uma estrada, tudo isto está previsto no próprio Plano Diretor Municipal.-----

Aludiu que mesmo junto ao terreno evocado pelo Senhor Deputado Nuno Soares, está outro terreno de um familiar deste último, que se encontra dentro da zona do PDM e eventualmente até poderia estar interessado em vender essa propriedade, apontou que podia ser uma solução ao problema do Senhor Bruno Ferreira, porque a Câmara não pode alargar sucessivamente o PDM. Desconhece se o terreno em questão é zona de RAN ou REN, contudo encontra-se uma zona dentro do que é o limite do possível de zona urbanizável.-----

Explanou que quando o Município cria uma possível zona industrial, na zona do campo de futebol de Sameiro, foi precisamente pela proximidade de uma via até ao alto de Sameiro e fazer ali a zona de extensão e de implantação. Informou que o caso do Senhor Bruno Ferreira foi o primeiro que apareceu, tem a sua importância como é óbvio, porque é a criação de um emprego de um residente, que quer instalar a sua empresa em Sameiro, porque se fosse em Manteigas existia o Ninho de Empresas para o efeito, mas não é isso que pretende o Município e considerou benéfico que o fizesse em Sameiro. Mencionou que tinha conhecimento do caso do Senhor Bruno Ferreira porque o mesmo já se tinha dirigido a ele para expor a situação e tinha conhecimento que também já tinha estado a falar com a Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo da Câmara de Manteigas, disse que iam tentar encontrar uma solução, talvez haja alguém que queira colaborar, vender o terreno ou fazer alguma permuta.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

recordou que relativamente ao Regulamento de Apoio a Criação de Emprego, na altura em que esteve em discussão pública enviou sugestões à Câmara Municipal, que não tiveram acolhimento. No seu ponto de vista é completamente inconcebível o Regulamento que foi aprovado, indicou que a Câmara quis alterá-lo, supostamente é para a criação de postos de trabalho, contudo o que aconteceu é que vários empresários em Manteigas estão realmente a criar o seu próprio posto de trabalho e devido à alteração que foi aprovada nesta Assembleia, não vão conseguir usufruir dos benefícios deste Incentivo. No que diz respeito ao caso do Senhor Bruno Ferreira, a candidatura não foi aprovada porque a entidade patronal despediu-o, mas como o mesmo tinha que estar desempregado pelo menos há um ano para, segundo as normas do Regulamento, poder usufruir do Incentivo à Criação de Emprego, o mesmo não pôde ver a sua candidatura aprovada.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Lei não impõe que haja um Regulamento para dar subsídios sobre esta ou outra matéria. A Câmara Municipal é que quis criar determinados Regulamentos, como por exemplo o Apoio ao Incentivo à Criação de Emprego, para apoiar os municípios, portanto trata-se de um Regulamento que a Câmara entendeu criar e teve vários casos de burla, no passado, de pessoas que saíram de um patrão para o mesmo patrão e até para o mesmo local de trabalho. Questionou como ia obviar-se este tipo de situações. Sendo que não era correto criticar-se a Câmara por ter criado um Regulamento que permite a atribuição de um subsídio. Indicou que era preciso ter em atenção que um Regulamento é sempre feito à medida de quem o quer Regular.-----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha respondeu que no momento da discussão pública do Regulamento, tinha remetido um *e-mail* para a Câmara com sugestões que obviavam e precaviam situações de burla. Frisou que não era contra o subsídio, apenas não concordava com o atual Regulamento do Incentivo à Criação de Emprego. Além de que um Regulamento deve ser criado para quem necessita dele, porque se não houver quem necessite não vale a pena o mesmo existir.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara afirmou que seria bom que uma décima parte dos Municípios tivessem os apoios que a Câmara de Manteigas concede. Explanou que a Senhora Deputada Odete Ganilha podia não concordar com o Regulamento, contudo tinha de ser desta forma, porque depois tinha de ouvir o Senhor Presidente da Assembleia dizer que as despesas de capital e os apoios todos que a Câmara concede às Associações, não são despesas de capital, assim como as transferências que fazem para as Juntas de Freguesias. Explicou que quando as coisas são avaliadas desta forma, sem terem em linha de consideração os montantes avultados que o Município concede às diversas entidades e vão para as despesas correntes, não pode ser de outra maneira.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares reiterou a questão que tinha levantado relativamente ao Festival da Juventude.-----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara no uso da palavra indicou que ia solicitar para que

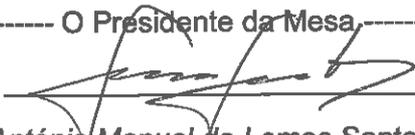


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

fossem remetidas as contas relativas ao Festival da Juventude, para todos os membros da Assembleia. Aludiu que foi uma experiência nova, que nunca tinha sido realizado pelo Município em anos anteriores. Ocorreu numa altura do ano em que há jovens, que por vezes só vêm a Manteigas em agosto, principalmente das comunidades emigrantes. Referiu que do ponto de vista da organização correu muitíssimo bem, embora a despesa possa parecer um pouco elevada, contudo há custos fixos aos quais é impossível fugir, tais como a instalação do palco, o som, a luz que para dois dias é caríssimo, principalmente no dia catorze ou quinze de agosto, como aconteceu neste Festival. Indicou que houve ainda outras despesas como pagar ao grupo musical UHF, mais a outro grupo. Explanou que na sua ótica deve ser uma experiência a repetir nos próximos anos, até porque o local onde foi realizado, o Parque da Várzea, tem condições ótimas para este tipo de eventos.

O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às zero horas e vinte minutos do dia vinte e quatro de setembro do ano de dois mil e dezasseis. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.

O Presidente da Mesa,


António Manuel de Lemos Santos

O 1º Secretário


Albino Saraiva Cardoso

A 2ª Secretária


Oriana Marina Cleto Abreu Morais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

